



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO
AMBIENTE**

PRESIDENTE: PAULO FRANGE

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

**TEMA: PL 25/20011- DO EXECUTIVO, QUE MODIFICA PARCIALMENTE OS
MELHORAMENTOS VIÁRIOS APROVADOS PELO ART. 28 DA LEI Nº 13.260 DE 28
DE DEZEMBRO DE 2001**

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 27 de junho de de 2011

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Lista de participantes não fornecida
- Orador não identificado
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens

12073

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Está aberta a 15ª audiência pública da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente. Hoje é 27 de junho de 2011. Informo que esta sessão está sendo transmitida através do portal Câmara Municipal de São Paulo, www.câmara.sp.gov.br, *link* Auditórios *On-Line*. Esta audiência foi publicada no *Diário de S.Paulo*, *Folha de S.Paulo* nos dias 23 e 24 de junho e no *Diário Oficial da Cidade* nas mesmas datas. Para esta audiência fizemos convites para o Secretário de Infraestrutura Urbana e Obras Elton Santa Fé Zacarias que está aqui. Obrigada pela presença. Secretário de Habitação Luiz Ricardo Pereira Leite, representado aqui pela Secretária Adjunta Elisabete França. Obrigado pela presença. Secretário do Desenvolvimento Urbano Miguel Bucalem, obrigado pela presença e as entidades Associação Viva o Centro, ASOAP, Emurb, Instituto de Arquitetos do Brasil, Movimento Defesa São Paulo, Movimento Voto Consciente, São Paulo Minha Cidade, Viva o Pacaembu por São Paulo.

Está presente também o Sr. Luiz Henrique Girardi, diretor de Habi-Sudeste, Dr. Leo Vinícius Pires de Lima, procurador do Município e Diretor do Departamento de Desapropriações, Pedro Evangelista, diretor de SP Obras; Rosa Maria Miraldo da São Paulo Urbanismo; Francisco Cristole diretor de gestão corporativa, Gestão e Obras; Carolina Moretti da São Paulo Obras, Vereador Tião Farias, Vereador Ítalo Cardoso, Vereador Donato.

Vamos passar aos trabalhos. Quero conversar e dialogar com vocês para que possamos ter uma audiência produtiva. Ouviremos o Executivo para que faça as apresentações de forma sucinta para que possamos, de novo, nos situar no processo. Peço para que façam as inscrições com Elaine e Rubens.

Estabeleceremos uma regra de convivência muito tranquila para que todos tenham tempo suficiente para falar. Quem fizer uso da palavra, por favor, vamos manter os três minutos e peço aos Srs. Secretários que façam a apresentação também de forma sucinta para que possamos ter tempo para voltar e rever algumas situações que ficaram em pendência de esclarecimento. Passo a palavra ao Secretário de Infraestrutura Urbana Elton Zacarias para

fazer as suas manifestações.

O SR. ELTON SANTA FÉ ZACARIAS – Bom dia. Cumprimento o Vereador Paulo Frange e, em sua pessoa, cumprimento a bancada de vereadores que está aqui reunida. Sou Secretário de Infraestrutura Urbana e presidente da São Paulo Obras que é resultante da divisão da antiga Emurb e responsável pelas obras dentro das operações urbanas.

Farei uma breve retrospectiva do que estamos discutindo. Este projeto começou na antiga Operação Água Espriada, uma lei de 2001 e a lei previa uma série de melhoramentos viários e obras de infraestrutura a serem financiadas com recursos de venda de potencial construtivo e uma das obras referenciadas na época, no texto da lei, era a construção de uma via expressa que uniria a atual Avenida Roberto Marinho com a Rodovia dos Imigrantes com o objetivo, claro, de tirar o tráfego de passagem do entorno da região do Brooklin, Água Espriada e Jabaquara. O tempo passou, o projeto evoluiu e as administrações da Prefeitura e, na época, do Governo do Estado, acabaram concluindo que da forma como estava o projeto não era viável. Isso gerou algumas alternativas a serem estudadas, desde um túnel que passaria embaixo do Córrego Água Espriada, um túnel que teria o comprimento de mais de quatro quilômetros até a solução, que foi adotada, que é a construção de um túnel de 2,3 quilômetros que se inicia na região do Piscinão do Jabaquara e liga até a Ricardo Jafet, num comprimento mais retilíneo e em solo mais seguro. Túneis não são obras simples, exigem um bom coeficiente de segurança para serem executados. Além disso o projeto evoluiu para unir também a questão do transporte coletivo, moradia popular. Então, na região do atual Córrego da Água Espriada serão construídos um parque linear com 600 mil m², aproximadamente a metade de um parque do Ibirapuera além de darmos solução de moradia definitiva para todas as 7 mil ou 8 mil famílias que foram cadastradas pela Secretaria da Habitação. A maior parte das famílias será atendida na própria região em empreendimentos que serão construídos concomitantes com a execução do parque. Além disso, em negociações com o Metrô, a região do parque com a sua Via Parque, que é a via lateral que contorna o parque, será abastecida

por uma linha do metrô, a Linha 17 – Ouro, que já está contratada pela Companhia do Metropolitano.

Em resumo este é o projeto que a Administração adotou e a Administração entendeu por bem trazer este projeto para a Câmara Municipal para que fosse debatido e, eventualmente, aprovado e referendado pela Câmara dos Vereadores.

Esse é um resumo das intervenções. Quero abrir para outros secretários falarem. Agradeço a atenção.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Saúdo a presença do Presidente da Casa, Vereador José Police Neto. Obrigado. Vereador Claudio Fonseca, sempre presente.

As inscrições já estão encerradas. Estamos com mais de 30 pessoas para falar.

Passo a palavra ao Secretário Miguel Bucalem.

O SR. MIGUEL BUCALEM – Bom dia. Cumprimento o Vereador Paulo Frange, presidente da Comissão de Política Urbana na pessoa de quem cumprimento os Srs. Vereadores presentes. Cumprimento os colegas Elton e Bete França. Estou secretário de desenvolvimento urbano e presidente da São Paulo Urbanismo que é a gestora da operação urbana. Acho que o Secretário Elton relatou de forma sucinta, mas muito clara, as intervenções que estão em pauta. Gostaria de mencionar que a equipe técnica da São Paulo Urbanismo está toda à disposição para prestar esclarecimentos do ponto de vista das competências do planejamento urbanístico da operação. Minha manifestação é muito breve e quero passar de volta a palavra para o Vereador Paulo Frange, agradecendo a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – O material da apresentação já está pronto, Beth? Vamos passar a palavra à Secretária Adjunta Bete França para que faça a sua exposição. Peço para estar conosco o Dr. Leo Vinícius, que é procurador do Município para que, em seguida à fala da Secretária Bete França, possa também falar dos mecanismos de desapropriações e tirar essas dúvidas.

A SRA. ELIZABETE FRANÇA – Bom dia. Farei rapidamente um resumo da

situação da habitação de interesse social na área da Água Espraiada de modo que todos possam conhecer bem como anda a situação lá. Por favor.

- Oradora passa a referir-se a imagens projetadas.

A SRA. ELIZABETE FRANÇA – Este é um mapa. Em amarelo temos as favelas cadastradas que vão sair por conta do parque. Nos quadrados brancos e vermelhos são as áreas que estamos desapropriando para construir as habitações de interesse social.

São três mapas, todos ao longo do Córrego Água Espraiada e uma parte da Imigrantes que é quando acaba a intervenção.

Essas são as favelas, para vermos a precariedade da situação das famílias que ali vivem, Rocinha, Beira-Rio, Alba, Souza Dantas, Henrique Mindlin, Taquatira, Babilônia, Vietnã, Curruiras, Ponto Fonte São Bento, Muzambinho, Americanópolis. Todas essas favelas foram cadastradas. Iniciamos o cadastro em 2009. As famílias foram cadastradas com todos os seus documentos e seus membros. Temos no total 7.066 famílias cadastradas que somam-se a mais 1001 famílias que hoje estão em auxílio-aluguel por situações que ocorreram ou por incêndio, como ocorreu na Beira-Rio e na Rocinha, ou por áreas de risco em função de beirar córrego, etc. Temos também as que não vão ser objeto de interferência direta, não precisam sair mas serão urbanizadas. São 13 favelas com 1500 famílias.

As áreas que já estamos desapropriando, que já têm decreto de interesse social, que totalizam 44, já chegamos nos estudos a 6 mil unidades habitacionais que podem ser construídas na área e estamos buscando mais terreno, juntamente com a SP Urbanismo, de modo que possamos atingir as 8 mil unidades habitacionais na própria área de modo que o CDHU possa construir suas unidades em parceria conosco na própria área.

Aqui temos exemplos de unidades habitacionais. Os arquitetos já estão fazendo os projetos. Adotamos a linha que vem sendo adotada na política habitacional para baixa renda, que são prédios diferenciados, pequenos condomínios de modo que sejam melhor conservados. Esse é o lote dois. O lote três e o lote quatro.

Resumindo, temos 8.500 famílias, quase, cadastradas. Quatro mil unidades serão construídas na própria área da Operação Urbana, como o Secretário Elton mencionou e temos conveniado com o CDHU mais 6 mil em um total de 10 mil unidades. Sendo que 6 mil têm terreno na própria área da Operação Urbana.

Temos um trabalho grande lá. Constituímos um fórum de liderança que se reúne mensalmente, já está na 20ª edição. Todas as lideranças das favelas participam. Tem um plantão social que é realizado no Caminho do Mar. Esse é o cadastro das famílias. Elas recebem um cartão de modo a garantir o atendimento.

E, só para finalizar, algumas unidades habitacionais já estão em andamento na fase 1 da Água Espraiada. Aqui é o Jardim Edite. Passa rapidinho, Luís, por favor.

- A Sra. Elisabete França passa a referir-se a imagens na tela de projeção.

A SRA. ELISABETE FRANÇA - ... Mostrar que alguns unidades habitacionais já estão em andamento, na fase I do Água Espraiada.

Pode passar.

Aqui é o Jardim Edite.

E já tem uma...

Pode passar.

Já temos um entendimento, que é o Corruíras, que já está em construção, que são 244 unidades.

Este aqui já é dedicado às famílias dessa segunda fase do Água Espraiada.

Então, é isso, são pequenos condomínios que garantem a sua manutenção depois.

Assim, resumidamente, esse é todo o trabalho que já fizemos – está bem adiantado em relação às Habitações de Interesse Social que se encontram na região.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Bete.

Vou passar a palavra, em seguida, ao Dr. Leo Vinicius, que é Procurador do

Município e Diretor do Desap.

Vou pedir para disponibilizar um microfone aqui.

O SR. LEO VINICIUS PIRES DE LIMA - Bom dia, muito bom dia a todos. Tudo bem?

Minha função aqui é explicar tecnicamente como é que funciona o procedimento de desapropriação, até para que evitem algumas dúvidas e alguns boatos não verdadeiros, inverídicos, que têm circulado entre os moradores.

Basicamente, Srs. Vereadores, existem duas modalidades de desapropriação hoje: a desapropriação dita amigável e a desapropriação judicial. A diferença básica entre as duas é que a judicial tem cabimento quando não há acordo, quando a Prefeitura oferece no valor ao expropriado, ele não concorda com esse valor e aí somos obrigados a nos valer da ação judicial para poder pagar os valores.

Acho muito importante que se diga, na abertura exposição, que a idéia de que o Município paga pouco nas desapropriações ou que paga valores insuficientes tem, graças a Deus, saído da cabeça da população, temos conseguido dissipar isso. Desde que assumi o Departamento de Desapropriações, há mais de um ano e meio, tenho brigado constantemente para que se pague o valor justo de indenização e valor justo é valor de mercado, valor atual de mercado, para as desapropriações.

Historicamente, sabemos que as Administrações anteriores e os Diretores anteriores talvez não se preocupassem muito com essa questão e se consagrou a idéia de que se paga pouco, se paga valor venal por desapropriação. Isso não é verdade. O pagamento da indenização é calculado pelo Departamento com base numa avaliação técnica, uma pesquisa de mercado, inclusive com a participação dos expropriados.

Antes ele era calculado unilateralmente pelo Departamento de Desapropriações, a gente fixava um valor e, se o expropriado não concordasse com esse valor ou se tivesse algum erro técnico nessa avaliação, o expropriado, o expropriado não tinha nada para fazer, tinha de

se defender em juízo só e tentar, com muito custo, receber por precatório essa diferença.

Hoje a situação não é mais essa. No ano passado, no meio do ano passado, em julho do ano passado foi editado o Decreto Municipal 51.638/2010 que trouxe uma nova disciplina para o procedimento expropriatório. Hoje, como é que funciona? O nosso Departamento faz essa avaliação técnica da desapropriação, chegamos ao valor que nós apuramos como correto, com base em pesquisa de mercado, em avaliação *in loco* das benfeitorias que cada morador tem. Você pega dos moradores vizinhos que não têm necessariamente o mesmo valor, que uma Casa está muito reformada, está pronta e a outra está caindo aos pedaços. Então, nós fazemos avaliação *in loco* para verificação dos imóveis e propomos esse valor, inicialmente como acordo para o expropriado. Caso o expropriado não concorde com esse valor, hoje é possível que ele contesta esse valor dentro da própria Administração. Ele apresenta um laudo divergente, contando eventuais equívocos no nosso laudo, eventuais pontos em que nosso laudo pode ser majorado, na tentativa de fazer acordo na desapropriação. Nós pretendemos que o valor da desapropriação fique o mais justo possível para o expropriado.

Uma coisa que costumo dizer sempre é que a desapropriação é a maior agressão que o Poder Público pode, constitucionalmente, cometer com o expropriado e já que nós temos a necessidade de cometer essa agressão, porque, sem esse tipo... - hoje não existe mais imóvel em São Paulo -, sem desapropriar não se faz mais obra alguma, já que nós temos a obrigação com a sociedade de cometer esse tipo de "agressão", entre aspas, temos de cometer com o menor dano possível, com o menor prejuízo possível aos expropriados. É por isso que abrimos as portas do Departamento de Desapropriações para que o expropriado manifeste a sua opinião a respeito do laudo. Pode ser que a gente tenha errado na avaliação, ou subavaliado, ou não tenha atentado para algum detalhe do imóvel do expropriado, é por isso que nós abrimos as portas, permitimos o contraditório dentro da administração, permitimos que o expropriado faça a impugnação do nosso laudo sem a necessidade de contratar

advogado, sem a necessidade de ter mais gasto com isso, a não ser o laudo que vai ter que providenciar que mostre eventuais erros do nosso laudo.

A ideia é que a avaliação da desapropriação não seja nem super avaliação, porque estaríamos cometendo improbidade administrativa por gastar em demasia o dinheiro público, mas também considero ser tão improbidade quanto subavaliar, porque isso depois gera uma dívida impagável para o município, essa dívida vai ser somada a juros compensatórios, enfim, o que não é bom nem para o expropriado e nem para o Poder Público.

Então a ideia é que a gente faça a avaliação dentro dos parâmetros atuais de mercado. A gente não está fazendo a avaliação na época da primeira lei, não é nada disso. Nós ainda nem fizemos a avaliação, a avaliação vai ser feito no momento mais próximo possível do ajuizamento da ação, para que o valor oferecido seja correspondente ao valor atual, ao valor que corresponde o imóvel do expropriado no momento da desapropriação.

Uma indagação que já me foi feita pelo Presidente, se é possível, com o valor pago, comprar outro imóvel na mesma região. Muito provavelmente sim, desde que o expropriado haja rápido, receba seu dinheiro e já parta para comprar outro imóvel ele consegue. Agora, o fato também precisa ser dito, se esperar muito tempo, se quiser aplicar o dinheiro, esperar rendimento e depois comprar, não vai conseguir comprar, óbvio, porque depois que as obras começarem a ser feitas claro que o metro quadrado da região vai valer mais. Hoje nós temos um conjunto de favelas que vai se tornar um parque na região. Claro que morar com vista para um parque, o imóvel tem mais valor do que o imóvel que tem vista para ocupação irregular, ocupação desordenada. Por isso que a gente tem que incentivar mesmo a desapropriação amigável, a desapropriação por acordo para que com o valor recebido as pessoas possam rapidamente comprar outro imóvel com o mesmo valor do metro quadrado.

Eu trouxe a título de comparação, se houver necessidade a gente coloca na tela, só para se ter uma ideia, alguns exemplos de diferenças de valores que se paga entre o valor venal do imóvel e o valor que efetivamente a gente oferece. Para se ter uma ideia, a gente

oferece em média, em alguns imóveis mais, outros menos, mas em média 250% a mais do que o valor venal. O valor venal é um valor tributário, ele só serve para cálculo de imposto, de ITBI e de IPTU. No departamento hoje, desde que assumi, aliás, esse movimento de revalorização já vem de algum tempo, de revalorização da desapropriação e da importância do cidadão, isso já não é privilégio meu, não é de agora, nós pagamos muito acima, 250% em média a mais do que o valor venal. Essa é a média das nossas avaliações. Eu trouxe aqui os dados objetivos, com alguns exemplos em que isso ocorreu.

Não há, pelo menos desde que assumi o departamento, mais de um ano e meio de desapropriações, nenhuma desapropriação em que nós pagamos o valor venal ou abaixo dele, nenhuma desapropriação pagou-se o valor venal. Mais uma vez, esses dados todos estão à disposição de qualquer interessado no nosso Departamento de Desapropriações, na Conselheiro Furtado, 166.

— Não havendo acordo, caso ainda assim, com a possibilidade de contestar administrativamente, o expropriado não concorde com o valor de avaliação, o município, ou por se tratar de uma operação urbana, o terceiro, a empresa responsável pela obra, ajuíza ação de desapropriação.

Acho importante frisar outro ponto, a obra não começa antes do pagamento do valor fixado pelo juiz. Como funciona o processo? Funciona da seguinte forma: nós ajuizamos a ação e depositamos o valor que nós, município, achamos devido, valor com o qual o expropriado não concordou porque não saiu acordo administrativo. O juiz de direito determina que se faça uma avaliação por um perito dele, o juiz escolhe um perito judicial e ele faz uma avaliação preliminar do imóvel. O município só consegue a posse do imóvel... Nós só conseguimos entrar no imóvel se nós depositarmos não o valor que entendemos devido, mas o valor eventualmente fixado pelo perito judicial. Então, vamos supor que avaliamos o imóvel em cem mil reais e nós depositamos para ajuizar essa ação cem mil reais. Se o perito judicial disser que vale 200, nós só conseguimos a posse do imóvel se nós depositarmos dessa

diferença de mais cem mil, totalizando os 200 mil reais. Então quando o processo se torna judicial, a desapropriação é judicial, ela não está no controle da administração e nem depende exclusivamente dos números fixados pela administração pública. Quem fixa o número, quem fixa o valor é o juiz de direito, com base na avaliação do seu técnico, do perito que ele nomeia, do especialista que ele nomeia. Então ninguém vai ser desalojado, sair do seu imóvel, perder sua propriedade sem que tenha antes da emissão da posse do município recebido o valor que não só o município entende como devido, mas principalmente um valor fixado pelo Poder Judiciário.

Acho que, com essas breves explicações, tentei desfazer alguns dos equívocos que são fixados e que a opinião popular acaba dizendo e tomamos como verdade e não são bem assim.

De qualquer forma, continuo à disposição dos nobres Vereadores e de todos que quiserem fazer qualquer indagação a respeito do procedimento. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) - Obrigado. O Secretário Elton quer fazer algum comentário?

O SR. ELTON SANTA FÉ- Dr. Léo, o senhor falou que as empresas que, no caso, são as expropriantes não geram precatórios?

O SR. LEO – Não falei, muito bem lembrado, Secretário. Outro mito e o outro problema que se tem com relação às desapropriações são os precatórios gerados. A operação urbana consorciada pode ser feita de várias formas. O próprio poder público, a administração direta pode promover a desapropriação ou as empresas envolvidas. O pagamento por precatórios é um privilégio que só a administração pública centralizada tem, só a administração direta tem. Então, se a desapropriação for feita por qualquer das empresas envolvidas, ou pela antiga Emurb, SPobras, por urbanismo, ou por uma empresa contratada que pode ser licitada para o fim de fazer licitação, não há a menor possibilidade do pagamento ser feito por precatório. É necessário que até o final do processo a empresa complementemente integralmente o

pagamento. E eventual saldo. Vejam, para que fique claro: ao todo, são feitas três perícias no processo. Três avaliações do imóvel do expropriado. A primeira avaliação é feita pela própria Prefeitura. Se o expropriado concorda com essa avaliação, acabou ali. Ele vai receber o cheque, não tem a menor chance de ser precatório, porque ele vai no meu departamento fazer um acordo e sai com o cheque na mão. A Secretaria de Finanças já dá um cheque administrativo para o expropriado. Resolveu.

Não concordou com o valor? Nós temos uma segunda avaliação, feita agora pelo perito judicial. O perito faz uma avaliação preliminar do imóvel. Para que o poder público possa se emitir na posse, entrar na posse do imóvel, ter para si, começar para obra, ele precisa depositar integralmente o valor fixado pelo perito judicial. E aí já temos um terceiro ente, que é o poder Judiciário, avaliando, que já não está mais só no arbítrio do município de São Paulo.

Depois disso, ainda é feita uma nova avaliação, que é a da perícia complementar, conclusiva do processo. Se eventual saldo for apurado – numa desapropriação normal, só produzida pelo Município -, esse eventual saldo é a única coisa que vai para precatório, porque todo o resto já está depositado em juízo, e o expropriado levanta no momento da emissão da posse. Só essa eventual diferença entre a primeira e segunda perícia judicial é que vira precatório. No caso das empresas, não, porque o artigo 100 da Constituição só dá essa prerrogativa ao poder público, aos entes da administração direta – União, Estado, Municípios e Distrito Federal. Só eles têm a prerrogativa de pagar seus débitos e suas autarquias por precatórios. Todas as outras empresas, vinculadas ou não ao poder público, precisam pagar imediatamente, até mesmo para não sofrer execução forçada.

Se o processo de desapropriação, essa fase secundária do processo de desapropriação que é ação judicial for feita por uma empresa não há a menor chance de o processo gerar precatório. Então, é mais uma desses ranços que estamos tentando eliminar da administração municipal. Que as dívidas da administração não se perpetuem por gerações e se tornem impagáveis como são hoje.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Leo. Há um vereador inscrito por enquanto. Os demais falarão adiante.

Tem a palavra o nobre Vereador Donato.

O SR. DONATO - Muito obrigado, Presidente. Bom dia a todos. Bom dia aos Secretários presentes. Esta é uma audiência da Comissão de Política Urbana. Particpei da audiência da Comissão de Justiça. Evidentemente, todas as audiências discutem o projeto como um todo, mas têm suas particularidades. A audiência da Comissão de Justiça discutiu a legalidade do projeto. A de Política Urbana deveria discutir o impacto urbanístico do projeto, e não vi nenhuma fala sobre isso, nenhuma exposição sobre por que se alterou o projeto. (Palmas) E qual o impacto urbano. Por que o túnel de dois quilômetros e pouco e a Via Parque.

Sei que essa alteração, até onde pude acompanhar, não foi feita aqui na Prefeitura de São Paulo, e isso me estranha mais ainda, porque existia um convênio entre a Prefeitura e a Dersa, e foi no âmbito da Dersa que foi criado esse túnel. A Dersa não é nenhuma empresa com grande expertise na adequação urbanística da Cidade.

Então, gostaria que o Secretário Bucalem pudesse nos expor com mais detalhes por que essa mudança e qual seu impacto urbanístico.

Segunda pergunta: qual o custo total dessa obra, considerando o novo túnel, a Via Parque e as desapropriações. Como será financiada, porque a operação urbana não tem esses recursos e não terá, pelo que se diz, em curto espaço de tempo. Qual o cronograma da obra.

Além disso, gostaria de saber da Secretaria da Habitação, talvez me tenha passado despercebido, desculpem, mas quantas famílias serão atendidas no perímetro da operação urbana e quantas serão fora do perímetro, e fora do perímetro significa a que distância, a um raio de quantos quilômetros da área da operação urbana? No caso, essas 8 mil famílias.

São essas as perguntas, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Vou convidar a Rosa Maria Miraldo, da São Paulo Urbanismo, para ocupar o espaço do Secretário Bucalem, para nos dar também

informações a respeito.

Passo a palavra ao Secretário Elton Santa Fé, para, de plano, responder ao Vereador Donato.

Em seguida, passaremos a palavra aos inscritos.

O SR. ELTON SANTA FÉ – Como coloquei no começo, o projeto anterior previa uma via expressa com final em túnel de 400 metros. Esse final em túnel por causa do pátio do metrô que existe ali no Jabaquara.

- Comentário fora do microfone.

O SR. ELTON SANTA FÉ – Não, não é embaixo do trilho.

Esse projeto que está sendo colocado muda totalmente o enfoque de como tratar a questão urbanística. Ele deixa de olhar apenas para um sistema viário e passa a olhar para todo um caráter ambiental, como construção de parque e solução de moradia para a classe mais desassistida, transporte coletivo, e removendo totalmente o tráfego de passagem que se destina à rodovia dos Imigrantes para dentro de um túnel com ligação direta. Então, os ganhos ambientais e os impactos urbanísticos são inegáveis, pois o projeto atual é muito mais relevante do que o antigamente colocado aqui.

- Comentário fora do microfone.

O SR. ELTON SANTA FÉ – Não, o antigo não previa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Desculpe, nós não vamos dessa vez ficar discutindo nada fora do microfone. Ficamos sem taquigrafia, sem informação. Vamos sempre utilizar o microfone, senão ficamos sem documento da audiência pública. Quem tiver que falar pode levantar a mão. Iremos, na maior tranquilidade, atender a todos.

Passo a palavra à Rosa para complementar a pergunta do Donato. Em seguida, vamos já ouvir o primeiro inscrito, Dr. Hugo Barroso, da Associação dos Advogados do Entorno do Aeroporto de Congonhas.

A SRA. ROSA MARIA MIRALDO – Bom dia a todos. A questão urbanística na qual

a São Paulo Urbanismo tem participação mais ativa nesse projeto, como falamos na outra oportunidade que tivemos de nos manifestar na audiência pública anterior, é uma questão que acredito que até os senhores que têm o interesse focado em uma questão muito justa, a desapropriação, não de convir que a passagem da avenida em superfície traria a impossibilidade dos ganhos que temos com o Parque, principalmente em São Paulo com a questão da drenagem, que é uma situação que em todo verão, ou mesmo não verão, a gente vê, da questão das enchentes. Quando você cada vez mais impermeabiliza porções do solo de São Paulo, você cria situações difíceis de contornar do ponto de vista da vazão das águas. Esse é um primeiro e também importante aspecto da via-parque.

A outra é a questão mesmo das áreas verdes. Aquela região de Americanópolis é muito árida, é uma região muito carente de áreas verdes e mesmo de toda implicação que traria um parque, do ponto de vista de lazer, de contemplação, prática de esportes e assim por diante. A recuperação daquele fundo de vale degradado poderia se dar de duas maneiras: ou com a passagem da avenida, que é o prolongamento da Roberto Marinho em superfície, impermeabilizando a superfície e privando a região de um parque, ou da maneira que está sendo proposta agora nesse projeto de lei.

Do ponto de vista urbanístico nós entendemos, a São Paulo Urbanismo entende, que é a melhor proposta e foi encaminhada à Casa para avaliação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Dra. Rosa. Secretário Elton.

O SR. ELTON SANTA FÉ ZACHARIAS – As obras do parque, via-parque e quatro mil unidades habitacionais estão orçadas em aproximadamente 2,3 bilhões de reais, base julho de 2009. A questão do complemento das unidades habitacionais, nós temos um convênio com a CDHU que vai financiar seis mil unidades. Nós temos necessidade de atender oito mil famílias, que são as famílias de baixa renda. Então a CDHU pode ajudar também a financiar parte dessas unidades habitacionais que estão dentro dos 2,3 bilhões de reais, e o Município tem um certo valor em caixa, que aí é a São Paulo Urbanismo que detém o controle, e mais a

possibilidade de venda de 1,7 milhão Cepacs, aproximadamente. Esses recursos provavelmente serão suficientes para o financiamento da obra e, se não o forem, o Tesouro pode aportar alguma diferença.

O cronograma...

O SR. DONATO – Secretário, o custo das desapropriações.

O SR. ELTON SANTA FÉ ZACHARIAS – Eu não tenho o valor das desapropriações disponível aqui.

O SR. - O cronograma...

O SR. LÉO VINÍCIUS ÍRIS DE LIMA - O custo das desapropriações depende obviamente da avaliação que ainda não foi feita, então não dá para se apurar o custo da desapropriação porque ainda não mandei ninguém às casas dos senhores para avaliar, não tem a menor condição de calcular custo.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Então a resposta é: no momento não tem o valor das desapropriações?

O SR. LÉO VINÍCIUS ÍRIS DE LIMA - Depende da avaliação. A desapropriação, como eu falei, é paga com valor de mercado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Depende do valor das avaliações?

O SR. LÉO VINÍCIUS ÍRIS DE LIMA - Das avaliações. Depende da avaliação que vai ser feita.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. DONATO – Mas o senhor tem uma estimativa?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Não. Acho que já foi explicado aqui: não é pelo valor venal, é isso?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Está absolutamente claro.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Repete de novo a explicação do valor venal e do valor da desapropriação.

O SR. LÉO VINÍCIUS ÍRIS DE LIMA - Vamos lá, só para deixar claro então. O valor venal não tem nada a ver com o valor...

- Manifestações fora do microfone.

O SR. LÉO VINÍCIUS ÍRIS DE LIMA - O valor venal não tem nada a ver com o valor da desapropriação. O que eu disse foi o seguinte – para que fique claro: historicamente, desse ano e meio em que eu assumi o departamento, a gente verifica que se você pegar o valor venal e fizer uma comparação com os valores de desapropriação, ele está dando em média 250% maior; só que esse valor é médio e não é possível fazer cálculo com dinheiro público com base em média. Nós precisamos saber exatamente o valor, porque eu não sei se os imóveis estão bem, reformados e a avaliação vai ser num valor mais que 250% acima do valor venal, ou se eles estão degradados e a avaliação vai ser num valor inferior ao valor venal. A única referência que eu fiz ao valor venal é a título de comparação para que se tenha uma ideia. O valor venal não vincula em hipótese alguma a desapropriação. Aliás, a gente nem considera o valor venal, por isso que eu não tenho os dados de valor venal aqui. A gente nem considera para fins de desapropriação. Ele não é usado como parâmetro. O valor venal não tem qualquer vínculo. Repito: não tem qualquer relação com a desapropriação.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. DONATO – Não tem nenhuma estimativa, doutor?

O SR. LÉO VINÍCIUS ÍRIS DE LIMA - Estimativa não foi pedida. A gente até pode fazer estimativa. O problema da estimativa é o seguinte: a gente pode fazer e faz com rapidez no departamento, se os senhores quiserem eu posso providenciar, em uma semana a gente consegue. Só que a estimativa leva em consideração o valor do terreno só. Para avaliar eu preciso ver o estado do imóvel. Eu consigo fazer estimativa de valor unitário de terreno, isso é

possível fazer com brevidade. Agora, qualquer estimativa pode parecer leviana se eu começar a dizer que vale 250% do valor venal, que é o que tem sido a média histórica. Se eu disser isso, estou sendo leviano e estou criando uma falsa expectativa no cidadão que eventualmente (ininteligível).

- Falas sobrepostas.

O SR. DONATO – Eu sei, mas o que eu pergunto é o seguinte? Vai ter uma obra pública e vai ter um dispêndio e vai ter um cronograma físico financeiro. Imagino que vocês devam ter uma ordem de grandeza, 400 milhões, 500 milhões, 100 milhões, alguma coisa desse tipo. (Palmas)

O SR. LÉO VINÍCIUS ÍRIS DE LIMA – Não existe, Vereador, exatamente por isso, porque eu não tenho como dar o número preciso até que... A desapropriação infelizmente passa por duas etapas, e são etapas que necessariamente se sucedem. Primeiro eu preciso... Eu não posso tratar de projeto viário nenhum sem que tenha primeiro a aprovação legislativa. Para que eu possa desapropriar para fins de projeto viário, eu preciso da autorização legislativa, que é o que está sendo feito aqui agora. Então eu não posso determinar avaliação de imóvel, primeiro, se eu não tenho um decreto expropriatório. Eu não posso entrar na casa das pessoas para avaliar ou para, ainda que seja, pegar uma mera estimativa, se eu não tenho ou um decreto que me autorize a entrar ou pelo menos uma lei. Então, infelizmente, a desapropriação passa por essa... ela é bifásica e ela acaba gerando mesmo esse inconveniente de não... Se o senhor quiser, ou qualquer vereador quiser, a gente pode fazer estimativa de valor unitário – isso é possível. Eu pego a metragem dos imóveis, a metragem da área, calculo o metro quadrado médio da região e a gente chega a uma estimativa de valor. Só que essa estimativa não traduz necessariamente nem o valor da obra e muito menos o que cada expropriado vai receber. Por isso que é temerário divulgar esse tipo de valor, porque pode criar uma falsa expectativa. Imagina que o pessoal já entendeu errado quando eu falei, quando fiz a comparação com o valor unitário. A pessoa cria a falsa expectativa de receber 250% do

valor venal. Se a gente, por uma eventualidade, chega a uma avaliação de 150% do valor venal, a pessoa vai ficar frustrada e se sentindo injustiçada, e aí qualquer possibilidade de acordo ou, enfim, (ininteligível) cai por terra. Então é temerário. O que nós podemos fazer, eu não tenho dados aqui, mas conseguimos fazer com rapidez é a estimativa de valor de metro quadrado. Isso é possível. Qualquer outro valor é chute, antes da avaliação não é possível.

- Falas sobrepostas.

O SR. DONATO – O projeto já define quantas casas serão desapropriadas.

O SR. LÉO VINÍCIUS ÍRIS DE LIMA – É que o projeto sofreu alteração, por isso que não foi... Como ele foi alterado, houve alteração do traçado, não se tinha fechado até então. Enquanto não for aprovado o projeto de lei, não se tem a definição exata de...

O SR. DONATO – Eu sei, mas vocês mandaram um projeto de lei e, em cima desse projeto de lei, é possível dizer quantas casas serão afetadas, não é possível?

O SR. LÉO VINÍCIUS ÍRIS DE LIMA – Sim, sim. É possível dizer (ininteligível) número de quadras fiscais que são incluídas no projeto.

O SR. DONATO – Quantas serão?

O SR. LÉO VINÍCIUS ÍRIS DE LIMA – Trinta e três quadras fiscais. São 33 quadras. Aí o número de imóveis é variável. Para calcular número de imóveis depende de visita *in loco*, não dá para ir pelo Google.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Léo, ficou uma dúvida pendente desde a fala do Donato. Por não ser administração feita pela administração direta, aqui não tem precatório, é isso?

O SR. LÉO VINÍCIUS ÍRIS DE LIMA – Não, não tem precatório. Como eu falei, você pode fazer operação urbana com a Administração bancando a expropriação; você pode fazer com as empresas municipais bancando a expropriação; ou você pode determinar que um terceiro contratado para a obra custeie a desapropriação e depois remunerar com Cepac, enfim, remunerar de outra forma. Então você pode fazer das três formas. A única forma que em tese

geraria precatório, mas neste caso nem vai gerar, seria que a administração direta fizesse ela mesma, por si só, as desapropriações. Neste caso eu digo que não gera porque existe um dinheiro vinculado a esse pagamento, que é o dinheiro dos Cepacs, então já há dinheiro para a obra que é o dinheiro dos Cepacs que, em tese, deve financiar também a desapropriação. Isso (ininteligível) política, não pelo nosso departamento, mas seria única hipótese que, em tese, geraria. Nem nesse caso vislumbro a possibilidade.

Quando as empresas fazem, ou empresa pública ou terceiras, empresas particulares contratadas para execução do projeto, essas empresas não tem o privilégio que a Constituição dá no Artigo 100, de execução de precatório. Só quem pode ser executado o precatório são as autarquias e os entes da administração direta, União, Estados, Distrito Federal e municípios. Como essas empresas não têm a prerrogativa, elas não têm a possibilidade de emitir precatórios, portanto elas são executadas como qualquer empresa normal. Se não pagarem as dívidas, o processo vai à execução normal.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Para encerrar este bloco fica então o cronograma, Secretário Elton.

O SR. ELTON SANTA FÉ ZACHARIAS – Eu só queria dar um complemento, aí não em termos de valor...

- Manifestações fora do microfone.
- O Sr. Presidente faz soar a campainha.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Nós não vamos permitir esse tipo de diálogo. Pode ser pelo microfone. Quando pegar o microfone pode falar à vontade dentro dos três minutos de cada um.

O SR. ELTON SANTA FÉ ZACARIAS – Eu só queria fazer um complemento. O projeto de lei anterior previa a desapropriação de 900 imóveis. Este projeto de lei que está em discussão agora passa a desapropriação para 1.300 imóveis, ou seja, nós estamos falando de 400 imóveis a mais.

Com relação ao cronograma, de 48 a 60 meses de obras.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Na audiência pública nós queremos ouvir vocês. Léo, pode ficar à vontade, queremos ouvir o máximo.

O Vereador Adilson Amadeu está inscrito. Só vou pedir para V.Exa. aguardar um pouco.

Tem a palavra o Dr. Hugo Barroso, da Associação dos Advogados do Entorno de Congonhas.

O SR. HUGO BARROSO – Gostaria de cumprimentar os nobres Vereadores na figura do Sr. Presidente, Vereador Paulo Frange, nobre Vereador Adilson Amadeu, nobre Vereador Donato, que tem acompanhado o projeto desde o início, gostaria também de me congratular com o nobre Procurador Municipal Léo de Lima. Minha primeira participação nesta Casa, cerca de um ano atrás, tratando de Operação Urbana Água Espreada, foi justamente no sentido que V.Exa. se referiu, o procedimento de desapropriação vira processo a partir do momento onde não há concordância com o preço. Segundo Lucia Valle Figueiredo, saudosa administrativista brasileira e me foi facultada a palavra naquela oportunidade pelo nobre Vereador Aurélio Miguel, a quem também rendo minhas homenagens.

Falo na condição de advogado nesta Casa, mais uma vez, embora justamente perante a Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa me foi negada a oportunidade de deliberar sobre o parecer apresentado perante aquela Comissão. A única voz que se levantou a favor da população naquela oportunidade foi do nobre Vereador Adilson Amadeu, dizendo que em rigor técnico jurídico a audiência pública deveria se realizar antes da primeira votação. Isso é importante que se diga. Isto aqui, com todo respeito, com a devida máxima vênua, de todos os presentes, é apenas para ratificar o projeto de lei que vai ser aprovado e todos nós sabemos, embora totalmente inconstitucional.

O motivo que está sendo alegado pela municipalidade, embora ciente de que está sendo discutido em juízo, é que é para atender fins ambientais. Ora bolas, se você vai atender

fins ambientais você precisa ter EIA-Rima. Audiência pública do dia 23 de novembro de 2009 deixou sob uma maquete eletrônica do trem de 3.650 metros, que passa pelo lado direito do Córrego Água Espriada, no sentido Avenida Lino de Moraes Leme – Imigrantes. Não é este o projeto atual. O EIA-Rima, que aí com a proteção da imunidade dos advogados, é uma cópia mal feita, com data de 11 de fevereiro de 2010, que foi anexado para justificar esse projeto que está aqui tramitando, ele não fez as sondagens e tudo aquilo que seria tecnicamente necessário para aparecer. É um verdadeiro escândalo. Mas vamos convalidar aquilo que está errado, vamos aprovar um projeto de lei para acertar tudo aquilo que não foi feito, só que não depende, meus senhores, apenas das leis municipais. Depende do atendimento das resoluções do Conama, da Lei 6.981, de 81, se não me engano, do artigo 225,§ 1º da Constituição Federal, todas normas ambientais que não foram atendidas.

Chocou-me também o fato de não ter podido falar na audiência que houve no dia 30 de maio, apesar de ter dito, infelizmente num tom mais alto que eu costumo falar, que eu queria falar como advogado e me perdoe a ausência do Vereador Dalton Silvano, não me concedeu a palavra e eu disse meu nome, sobrenome e OAB e o artigo de lei, para não falar em direito de petição, todos teriam direito de falar contra o projeto de lei, mas não me deram oportunidade de falar. Comuniquei a Ordem dos Advogados do Brasil, na Seccional que estou inscrito a respeito desse assunto, espero que sejam tomadas as devidas providências.

Mas é isso, o projeto de lei é inconstitucional e os valores que foram ditos aqui, você motivou o Projeto de lei 25/2011, questões técnicas, está certo, eu não sou engenheiro. Realmente, o leito molhado, mas era para ser mais barato. O projeto é 530 milhões mais caro. Vai atingir 50 mil famílias de Habitação de Interesse Social, dez mil vezes cinco, 50 mil. Mais 1.400, 56 mil pessoas nas outras.

Eu sou um dos atingidos também, embora na beirinha da coisa. Eu só acho que é lamentável que a discussão, a maneira que esse projeto está sendo conduzido. Para encerrar eu vou lembrar do que o Ministro Rezek falou, falando sobre a crise da ONU por causa da

Guerra do Uruguai: “É preferível a força do direito ao direito da força”.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Tem a palavra o Dr. Rogério Coutinho, da Associação dos Moradores do Entorno de Congonhas. (Pausa) A Sra. Maria Dorotheia Leal, moradora do bairro. (Pausa) A Sra. Sandra Malena. (Pausa) A Sra. Teresa Marques. (Pausa) A Sra. Eunice Augusta Alvarez. (Pausa) A Sra. Jeunice.

A SRA. JEUNICE AUGUSTA ALVAREZ MARINO – Tenho 69 anos de idade, professora aposentada do Estado, 33 anos de sala de aula onde achei que me realizava mais. Os demais Vereadores desta Casa tomaram ciência destas audiências ou são só esses que estão aqui? Todos. Porque meu assunto é político-social. Além, lógico, de todos os moradores envolvidos nesse mega projeto, eu quero inquirir sobre a situação dos idosos. Idoso é uma coisa complicada, 40 anos morando numa casa, de repente: “A senhora vai ter que sair daí porque nós vamos passar uma avenida sobre a sua casa”, um mega projeto que eu não sei se vai mesmo ser de utilidade pública para o transporte, porque ônibus vai passar dentro de um túnel de não sei quantos mil metros? (Palmas) Vai? Não sei. Não sei até onde que é um projeto de utilidade pública. O idoso ele é acostumado no seu lugarzinho, seu vizinho, sua comadre, seu hospital, sua farmácia. Diz um senhor que falou, que eu não sei o nome, que a gente pegando o dinheiro da desapropriação a gente consegue comprar outra casa no mesmo lugar. Não vai conseguir porque não tem lugar, não tem espaço. O parque vai tomar tudo. Nós temos lá o Parque do Estado, enorme, por que mais parque? Tanto parque. Por que tanto parque? As benesses do idoso, em ordem alfabética: alzheimer, artrite, artrose, colesterol, diabetes, osteoporose, Parkinson, pressão alta, reumatismo. Mas há outros dois: Vereadores da Câmara Municipal de São Paulo – falo de modo geral, há exceções – e o nosso Prefeito Gilberto Kassab. As autoridades não estão considerando o Estatuto do Idoso: é direito do idoso a habitação, artigo 37. O Estatuto do Idoso é lei, de outubro de 2003.

Isto posto, como condição básica para essa obra faraônica e desnecessária da

maneira como está sendo proposta... Já falei que transporte coletivo, nada. Resumindo: será que as autoridades paulistanas irão descartar seus idosos no lixo? Vai ser um lixo comum, reciclável ou uma caçamba de entulhos? (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado. Tem a palavra o Sr. Fábio Siqueira, do Movimento Resistência e Orçamento Participativo.

O SR. FÁBIO SIQUEIRA – Bom dia. Realmente, estamos aqui presenciando uma grande aberração legislativa – desculpem o termo. (Palmas) Esse Projeto de Lei 25/2011, votado com rapidez inédita nesta Casa (foi publicado dia 6 de abril, não faz nem 90 dias, e já está aprovado, algo muito estranho), muda a lei de 2001 muito seriamente. Não foi abordada aqui a questão de Santo Amaro. Há alterações de grande relevância, como a Ponte do Panamby, que liga a João Dias com Morumbi. Isso não foi explicado, está no inciso VIII.

Também não foi explicado um novo túnel na Rua José Guerra, região de Santo Amaro.

Então, há intervenções muito sérias na região de Santo Amaro.

Outra inovação desse projeto – má inovação – é que foi tiradas as extensões das obras. A Lei de 2001 prevê extensões de 400 metros etc. Não há nenhuma extensão nesse projeto de 2011. Como a Comissão de Justiça aprova um projeto sem as extensões das obras? Pode ser um túnel de 1 quilômetro, ou de 10 ou de 100... Isso não está escrito no projeto. Outro absurdo.

Questão do financiamento: essa obra faraônica não está prevista na LDO de 2012, não está no PPA de 2010/2013. Ou seja, o próximo prefeito, no seu primeiro ano, não terá essa obra orçada. Não está também no plano de metas do Prefeito Kassab essa obra, com esses tantos túneis, essas tantas pontes, essas tantas ligações. Não está no Plano Diretor e nem no Plano Diretor Estratégico. Uma mudança tão séria, que implicará bilhões de reais, não está prevista.

E mais: o Prefeito Kassab não fez os hospitais. Fez uma creche em 2009 (Palmas),

apresenta um resultado desastroso na área social, com várias metas não cumpridas e inventa uma dinheirama dessa na área falsamente urbanística, que vai criar um problema sério para muita gente aqui, além de ilegal, pois não está no PPA de 2010, nem na LDO de 2012. Como essa obra consegue 39 votos em primeiro turno nesta Casa? Onde está a sociedade civil para pressionar seu vereador para que vote contra esse Projeto 25/2011?

Há seis anos nem o Prefeito Serra, nem o Prefeito Kassab executou um centavo da dotação para habitação da Operação Urbana Água Espreada. Em dezembro de 2010, foi zero de liquidado. Ou seja, onde está a verba para a Operação Urbana Água Espreada na questão da habitação? Mas agora vêm com verba bilionária para túneis, parques e viadutos? (Palmas)

Vamos respeitar a população. Não precisa de dinheiro do Estado, não; o Município tem dinheiro para fazer essas obras. E isso há seis anos; só não foi utilizado.

Peço atenção dos Vereadores a dois decretos: Decreto 51.479 e Decreto 51.486, que retira 40 milhões de reais da Operação Urbana Água Espreada, área habitacional, para investir em promoção de turismo na cidade de São Paulo. (Palmas) Está escrito, com assinatura do antecessor, Sr. Elton, que assinou um desses decretos.

Então, pedimos ética, honradez, respeito à Constituição. No dia 21 de abril, o Promotor Público Maurício falou contra esse projeto. O defensor falou contra esse projeto. E vocês votam com 39 votos. Peço, como munícipe de São Paulo, respeito à Constituição, ao Jardim Edite, e (Ininteligível), para que usem esse dinheiro em habitação e não em obras faraônicas.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Tem a palavra a Sra. Tatiana Belo de Oliveira.

A SRA. TATIANA DE OLIVEIRA – Bom dia. Sou filha da Catarina, do Parque Jabaquara. Há 45 anos, meus pais, junto aos meus tios, com muita luta, suor e dedicação, compraram um terreno no meio do nada para ali construir seus sonhos, seus tão sonhados

lares. Eles atravessavam a Cidade muitas vezes a pé para colocar tijolo sobre tijolo, numa época em que não havia ganância, inveja, nem vaidade. Uma época em que as pessoas pensavam em ajudar umas às outras. Sem pensar em como poderiam ajudar, ajudavam-se.

Quando foi adquirido o terreno, já havia um projeto de avenida, que passaria por cima do córrego, até a Imigrantes. O Poder Público, com sua ineficiência e descaso, deixou abandonado esse projeto, fazendo com que o terreno fosse ocupado indevidamente. Hoje esse mesmo Poder Público, agora ganancioso, aposta em obras faraônicas sem uma real necessidade, deixando de investir em tantas outras que nossa cidade realmente possui.

A população de São Paulo realmente precisa de parques lineares, de desapropriações desnecessárias? Ou seria melhor que esses recursos fossem direcionados para a Saúde, Educação, segurança pública e outras áreas que necessitam de maior atenção?

Há muitas pessoas que têm sua vida ali. Que batalharam e lutaram a vida toda para conquistar. Muitos idosos, que, dia a dia, morrem, aos poucos, muitas pessoas que não comem mais, não conseguem dormir, ter um sono sossegado. O povo só pensa no bem da cidade: vamos gastar, melhorar tudo, mas não vê o outro lado. Não vê tanta gente que está sofrendo, se matando aos poucos, morrendo por dentro. E tantos outros também já morreram.

Acho que valeria a pena vocês olharem não só o lado bom da desapropriação, mas também o outro lado, das pessoas que estão ali, sofrendo com tudo isso.

Era isso o que eu queria falar. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Tatiana. Tem a palavra o Sr. Gilmar de Angelis. (Pausa) Elson de Angelis. (Pausa) Maurício Abreu de Carvalho.

O SR. MAURÍCIO ABREU DE CARVALHO – Eu gostaria de começar falando de leviandade. Na última reunião que tivemos aqui, como esta, um representante do Desap disse que, no caso de aceitarmos a proposta da Prefeitura, receberíamos 100%; mas, no caso de não aceitarmos, 30% seriam possivelmente em precatórios. Isso falou um jovem de cabelos loiros, que espalhou esse boato entre nós – se é que é boato. Ele falou que, se não

aceitássemos, 70% a Prefeitura pagaria e 30% ficaria para precatórios.

Eu gostaria de saber se essa afirmação foi leviandade, ou se a leviandade que está ocorrendo é agora, quando 250% foi prometido, ou foi indicado, acima do valor venal. Então, posso entender que essa média também é leviana?

Outro aspecto que eu gostaria de entender em toda essa discussão: temos aqui vários partidos. Alguns procuram trabalhar mais em prol de causas sociais. O partido do PC do B sempre se responsabilizou pelas causas sociais. Eu gostaria de apelar a esse partido. Eu e minha esposa, como professores, votamos no Vereador Claudio Fonseca. Pedimos que ele se responsabilize a analisar essa questão, não só do ponto de vista técnico, mas principalmente com relação ao ponto de vista social. Não temos segurança em relação a essas desapropriações. Estamos aqui numa situação muito difícil. Sequer foi falada a verba. Se era para fazer um orçamento, por que não 250% acima do valor venal? Nós não temos o orçamento. Aliás, desconfiamos que esse dinheiro não vai para as desapropriações, e ficaremos esperando, como já existe histórico de várias pessoas que esperam indenização por desapropriações. Estamos correndo esse mesmo risco.

No meu caso particular, tenho pai e mãe com câncer; preciso estar perto deles. Eles moram perto de minha casa. E eu preciso cuidar deles. Sei que esta é apenas uma das tantas histórias que temos aqui. Temos aqui o Sr. Pedro, que tem mais de 80 anos, que está aqui todos os dias, fica nesta galeria. Às vezes vocês são insultados, acusados. Alguns, evidentemente, injustamente, Mas isso acontece porque não temos clareza. E estas reuniões não nos dão clareza. A sugestão é que isso fique colocado em lei, nobre Vereador Claudio Fonseca. Que se estabeleça uma lei que preveja desapropriações com base nessa média; que seja garantido a nós, que estamos sendo desapropriados, em lei, que possamos permanecer na região. Que tenhamos, por exemplo, algum tipo de benefício, algo em que possamos morar nesses novos empreendimentos que serão feitos, porque não existe espaço, não há 1.400 casas disponíveis na região. E não existirão. E nós queremos, é direito nosso.

Mude-se a lei. Vocês estão trabalhando em prol da gente. Mudem o projeto. Porque, senão, não temos condições de ficar nesse impasse. Estamos inseguros. Infelizmente, essas reuniões não têm servido para tirar nosso medo, nosso receio em relação a essas desapropriações. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Tem a palavra a Sra. Maria Isabel Souza Domingos. (Pausa) Sra. Jane dos Santos Souza. Antes de começar a falar, quero chamar para compor a Mesa o Sr. Pedro Evangelista, Diretor da SP- Obras.

A SRA. JANE DOS SANTOS SOUZA – Sou moradora do Jabaquara e, como na última audiência pública, o Sr. Secretário Elton se referiu a nós como o resto. Eu pertencço ao resto, que são os 1.400 moradores que serão expulsos de suas casas. Vocês querem; porque não vão conseguir. (Palmas)

Sei que não adianta muito falar em audiência pública, pois tudo o que a gente questiona não é respondido. Mas não posso perder a oportunidade de expor nosso grande descontentamento.

Venho lembrar aos presentes qual é a definição da Câmara Municipal, qual a sua função. É um órgão público onde atuam – atuar é trabalhar; não é representar teatralmente – os vereadores e vereadoras que foram eleitos pelo povo para representá-lo, criando leis e fiscalizando o Poder Executivo.

Nesta Casa, nas últimas sessões, nos últimos 18 meses, em que comparecemos aqui, o que testemunhamos foi pura submissão ao Executivo. (Palmas)

Além dos desrespeitos, ameaças e humilhações que nós, moradores, sofremos na galeria. Vou descrever algumas, mas tomarei muito cuidado para não citar nomes de nobres vereadores. Ouvimos várias e várias vezes que esse projeto tem cartas marcadas do Prefeito. Vimos o nosso advogado sendo impedido de se pronunciar pelos Vereadores no dia 30 de maio na Comissão de Constituição e Justiça que, infelizmente, não era presidido pelo nosso querido Vereador Arselino Tatto. Vimos vereadores sendo acuados, quase agredidos, quando

votaram a nosso favor. Líderes dando safanões em sem-partidos como se fossem capachos. Várias e várias vezes vimos nobres vereadores discursando a nosso favor, ou então, contra qualquer ato irregular do Executivo, e os presentes falando ao celular, no telefone, conversando em rodinhas, com fones de ouvido diante de seus *laptops*, em completo descaso com a Casa e o povo ali presente. (Palmas) Vimos queridos vereadores alertando sobre a submissão ao Executivo com palavras, com gestos, que, tão simplórios, ofenderam-se. E, no dia seguinte, foram destituídos de funções que, com certeza, eles iriam contra irregularidades do Executivo. Tudo isso é regimental, caro Presidente? Ou então será regimental um nobre Vereador, eleito pelo povo, apontar o dedo para aquela galeria ali, ameaçando o povo, rindo, fazendo chacota: “Vou votar contra vocês”. (Palmas) Não seria função regimental desse vereador defender o povo que paga o seu salário, em vez de abusar de seu poder para ameaçá-lo?

Como podemos nos confrontar com tudo isso? Como nós, cidadãos, homens de bem, acima de tudo seres humanos, idosos, jovens, crianças, podemos aceitar que nossas vidas sem degradadas, não as nossas casas, as nossas vidas? E não revitalizadas, como dizem esses projetistas do PL 25. Projetistas que se dizem arquitetos e não sabem nem o que é perímetro, pois esse maldito túnel bilionário está fora do perímetro da lei. (Palmas)

Eles sabem, sim, cobrar muito caro por esses desenhinhos que fazem para a Prefeitura. Mas isso aqui todos estão carecas de saber, e a maioria votou conivente a tudo isso.

Enfim, tenho a dizer que hoje cresci como pessoa, como cidadã, e aprendi, como eleitora, a valorizar quem realmente trabalha a favor do povo, como Aurélio Miguel, Adilson Amadeu, Donato e toda a bancada do PT, que aprendi a admirar. E a Polícia Militar, que sempre nos tratou com muito carinho e respeito. E aos sem partido, que todo carinho chamo de “Marias-vão-com-as-outras”, todos aqueles que vestem o cabresto de ouro do Kassab, tenho a dizer que vocês serão os derrotados sem município, pois a cidade de São Paulo não precisa de

representantes como vocês. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado.

Luiz Campos. (Pausa) Marcos Antonio Ribeiro. (Pausa) Daniela Borges de Andrade, Movimento Água Espreada. (Pausa) Catarina Onorato.

A SRA. CATARINA ONORATO - Srs. Vereadores, Sr. Presidente da Mesa, quero deixar aqui a minha indignação pelo descaso que nós, idosos do Jabaquara, temos recebido da maioria dos nobres Vereadores desta Casa.

Somos pessoas idosas, estamos doentes, não dormimos mais, pois vocês querem tirar o nosso teto. Eu moro em um bairro há 47 anos. Lá criei os meus filhos, e eles brincavam na rua sem perigo algum. Isso faz tempo. Compramos nosso terreno. Portanto, a minha amada propriedade é que me garante a minha constituição no Brasil, não é? Sou viúva e por causa dessas leis políticas, como os 39 da Casa constituíram e aprovaram, não tive direito à pensão do marido quando ele faleceu. Mas não desisti. Trabalhei até conseguir a aposentadoria por idade. Trabalho até hoje, com 66 anos, em um grande supermercado, pois recebo uma só aposentadoria, igual a de vocês.

Se não trabalhasse, não conseguiria pagar nem os meus remédios, e para um idoso sobreviver. Como consegui comprar uma nova casa no mesmo bairro? Com essa idade e essa renda, que banco vai me financiar um imóvel?

Coloque a mão na consciência de vocês. Votando, obedecendo ao Kassab, irmão, com certeza, acabar com as nossas vidas, porque muitos vão morrer.

Pelo amor de Deus sejam justos com o povo que os elegem. Digam “não” para esse PL 25/11.

Aos nossos queridos amigos Aurélio Miguel, Adilson Amadeu, Donato e toda a bancada do PT, que Deus continue iluminando seus passos. Aos outros, pensem um pouco mais, pois, com certeza, nós lembraremos de vocês na hora de votar. Kassab não irá ganhar, e vai levar vocês juntos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) - Marco Antônio.

O SR. MARCO ANTÔNIO – Boa tarde a todos. Meu nome é Marcos Antônio, sou morador da região há 37 anos. Venho fazer um alerta e dizer aos Srs. Vereadores, a todos, à Prefeitura e o Poder Executivo que está sendo feito um trabalho da Sehab na comunidade. Há algumas lideranças. Na favela, na comunidade, quem se interessa por reuniões, por questões política já intitulam de liderança. Então, quero dizer que nem todos que estão na comunidade sabem o que está acontecendo. Há algumas lideranças aqui presentes, eles sabem o que estou falando e alerta para que caso não tenha moradia para todos essas lideranças correm risco. Isso aqui ninguém está falando, ninguém está trilhando esse caminho, visualizando o futuro. Imaginem 6 mil famílias sem moradia para posterior CDHU, se quiser.

Outra coisa: a lei não fala em parceria com CDHU, não, fala em reassentamento definitivo, artigo 2º ou 3º, salvo engano. Então, quero alertar que as lideranças que estão lá, via Sehab, falando que vai ter moradia para todos, e pelo que vi aqui são 4 mil, e sabe-se lá o critério. Estamos falando em 10 mil, e não sabemos se há mais.

Lá ninguém é contra o progresso. Todos querem. Eu advogo bastante, sou nascido e criado na Favela do Vietnã. Graças a Deus, Deus me ajudou e eu estudei, mas alguns chegaram agora na comunidade e pensam: “Será que ele é de lá mesmo?” Quem me conhece sabe. O Vereador Abou Anni chegou ainda agora, andou lá, é meu amigo de infância, conhece. Por sinal, votou contra. Estamos contentes com ele. (Pausa)

Todos sabem, não precisa ficar escondendo nada de ninguém. Além de todas as irregularidades, sobre as quais não vou falar, pois meu tempo não é suficiente, quero dizer que se ocorrer, via Sehab, é um alerta, tem pessoas que não sabem do que está acontecendo... Se falar que sabe é mentira.(ininteligível) Nosso vizinho de muitos anos foi pegado com minha casa, sabe do que estou falando. Então, é um alerta, e quero dizer isso para a Andréa, que chegou agora, Seu Henrique não veio, vai dar problema no futuro. Tenham certeza disso.

E outra: parque para quê? A troco de quê? Vão pagar? Está bom, Dr. Léo foi muito

bem na explanação, fala muito bem. Do valor venal até 250% a mais. Cadê isso? Quem já viu isso? Qual o exemplo concreto? Não existe. É difícil cumprir isso. E outra, vai desapropriar a troca de quê? Vai pegar dinheiro... A empresa tal pode pagar, fulano pode pagar. Mas para parque? Quem vai usar o parque? As propriedades que eles têm lá não é comunidade gente, além da comunidade tem esse outro problema das propriedades. Remoção lá, quero dizer o seguinte, tem muita liderança que não está passando para as comunidades e as comunidades não sabem o que está acontecendo. Eu venho aqui em nome deles, eu tenho legitimidade para isso, falar que remoção sem moradia ninguém quer lá, ninguém vai sair de lá, pode entrar tropa de choque, pode mandar tudo que quiser, eles não querem. Tem meia dúzia, metade, a comunidade é grande, tem dez mil moradores, das lideranças dizendo que quer. Então remoção sem moradia e parque às custas de propriedade também não.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Tem a palavra o Sr. Luis Vital.

O SR. LUIS VITAL – Bom dia. Sou engenheiro. Esta Comissão é a Comissão de Meio Ambiente e Urbanismo. Em relação a esse projeto, eu moro há mais de 40 anos na área, em termos de urbanização o que tinha de verde na região, região do Aeroporto de Congonhas e parte do Jabaquara, eram somente eucaliptos, porque ali é área úmida, brejo, assim como Moema, Brooklin, era de brejo, era usada para fazer drenagem e permitir as construções. Então quando se fala em parque e reurbanização, são pessoas que não têm noção do que era a área para dizer que precisa reurbanizar.

Em relação a parques, aquela região, a três quilômetros eu tenho o Parque do Ibirapuera, oito quilômetros eu tenho a Represa do Guarapiranga, eu tenho o Parque do Estado, eu tenho o Parque do Ipiranga, eu tenho o Cambuci, o Parque da Aclimação, uma das regiões mais bem urbanizadas e cheia de parques da cidade. Próximo à minha rua tem três praças, sendo uma de esporte. Então quem fala de urbanização naquela área não tem nem noção, assim como vários Vereadores aqui que nem sabem o que tem naquela área, nem

conhecem. Reclamam da zona Leste, lá é uma área que precisa de parques e não aquela região. Então, em termos de urbanização esse projeto é furado.

Vem falar sobre drenagem. Um governante no passado quis reurbanizar a cidade e colocou fogo e depois culpou os cristãos quando a esse problema, ele queria uma cidade nova. O nosso governante tem o mesmo princípio, acho que ele se baseou nesse governante. Só que agora ele quer culpar São Pedro, problemas de águas. Mas o final dele vai ser o mesmo.

Em relação a trânsito, falaram que o túnel que vai ligar a Imigrantes. Muito bem, com essas reuniões atuais eu tenho pego aqui o túnel que passa por baixo do parque. Havia o parque, fizeram o túnel para escoar o tráfego, vender obstáculo. Agora querem fazer, primeiro um túnel, depois colocar um obstáculo em cima. Estão invertendo a ideia. E se você pegar o horário de pico e ficar dentro de um túnel, ninguém quer, é melhor ter uma avenida e ter saídas.

Quem mora há muito tempo pega a planta da Prefeitura daquela região e está lá: Avenida Projetada. Todo mundo que mora lá esperava uma avenida, todo mundo quer uma avenida. Se não fosse o problema do Governo Maluf, no passado, que apareceu um monte de problemas em relação ao custo da obra, que foi a mais cara do mundo, a gente já teria a avenida pronta e não estaríamos aqui discutindo essa besteira toda. A gente já gastou bilhões e agora quer gastar mais bilhões. E quem conhece a região sabe que para chegar na Imigrantes pega a Avenida Bandeirantes. O tráfego ali é de caminhões e veículos. Quem quer ir para Imigrantes, são 10% de quem está trafegando na Imigrantes. Já se gastou bilhões em rodoanel para se retirar os caminhões, já se falou em corredor de caminhões para a Bandeirantes. Quem pega a Bandeirantes usando carro quer ir para o lado do Ipiranga, para São Caetano, quem ir para zona Leste, não quer ir para a Imigrantes. Você construir um túnel de bilhões para acesso à Imigrantes é jogar dinheiro fora.

Eu sou engenheiro, sou professor universitário, tenho contato com mais de 1.500 alunos. É vergonhoso ver o que está sendo feito aqui em termos técnicos, é tudo que eu ensino

que tem que ser o contrário. Vocês estão fazendo totalmente o contrário. Nem um orçamento, nem um valor médio de orçamento vocês têm, não tem capacidade de pegar um valor mínimo e máximo de valor do imóvel e saber quanto vai gastar em termos de desapropriações. (Palmas) O profissional da área falou em 250, com medo de falar em 250%, sendo muito. Os imóveis da região já estão valorizados em 400%. Mesmo que seja 250, não dá para comprar nada na área e, por lei, nós temos direito de ficar na área. A gente sabe que na Berrini estão construindo prédios vindo para a direção do nosso bairro. Muito bem. Construa-se a avenida e depois, se quiser construir prédio na região, vamos negociar, sim, a preço de mercado e não com a mão grande do governo tomando as nossas áreas e entregando de mão beijada para a iniciativa privada.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Há um requerimento em que o Líder do PT está substituindo hoje... o Vereador Donato na vaga do Vereador Chico Macena. Portanto o Vereador Donato está hoje na Comissão de Política Urbana substituindo o Vereador Chico Macena. Tome ciência o Sr. Presidente da Casa.

Artur Okubaró. (Pausa) O próximo agora é o Vereador Adilson Amadeu. Desculpe, Vereador. (Palmas)

O SR. ADILSON AMADEU – Boa tarde, Sr. Presidente Paulo Frange, nobres Vereadores, senhoras e senhores. Acompanhando direto esse projeto e também aprendendo um pouco com o nobre Vereador Aurélio Miguel, com grande humildade, e com o nobre Vereador Donato, fico refletindo. Até dando sempre os parabéns aos senhores da região, às associações que estão sempre presentes aqui.

Sexta-feira tivemos uma audiência aqui a respeito também de um projeto que o Prefeito Kassab quer que a gente engula. Eu não vou engolir e sou mais corintiano que todos que falam a respeito do Corinthians. (Palmas) Na audiência pública tinha 30 pessoas, sendo que 25 pessoas não sabiam nem por que estavam aqui. Aí a imprensa entrevistou.

Mas quero dar os parabéns aos senhores é que todos que falaram, sem citar nomes, todos os senhores que estão sempre presentes, e eu sempre tenho a grande humildade de brincar, porque ele lembra exatamente o meu vovô Antônio Amadeu, que é o Sr. Pedro, então, na figura do Sr. Pedro, eu sempre parabenizo todos os senhores. (Palmas)

Aí eu vejo o quê? Por que o Prefeito, secretários, adjuntos, todos aqueles que estão falando nesse faraônico projeto, trilionário, bilionário, tudo junto, somando tudo, nem sei o que vai acontecer, é muito dinheiro... procurar essas pessoas. Vejo aqui um senhor, professor, ele fala para 1.500 alunos e aí ele não pode falar mentira, tem que falar a verdade, e aí os alunos perguntam: “Mas esse projeto...” “Não, esse projeto o governo está falando, está inventando.” Aí falam de parques. Realmente tantos os parques em volta, no território perto da moradia dos senhores. Aí eu vejo as famílias que ali compraram um terreninho, depois a própria família foi construindo, um ajudando o outro, sem dúvida alguma, que eu sei como é isso porque acompanhei minha família, muito sacrifício, com humildade, para chegar aonde chegou toda a família.

Aí vem um projeto para esta Casa porque o Prefeito quer. O Prefeito desta cidade - quem está falando é o Vereador Adilson Amadeu – não é verdadeiro, ele não quer saber de ninguém, ele passa por cima de todos (Palmas). Ele já tem as empresas que realmente vão fazer as obras nesta cidade. Ele já tem. Quem está falando sou eu. Peguem a minha fala, vai para o Ministério Público. Porque aqui veem reportagens de 2009, de 12 de 2009: “Procuradoria vê indício de pagamento de propina a secretários da Prefeitura de São Paulo”, aí você vê matérias e mais matérias.

Aí o que foi gasto de projeto já daria pelo menos para começar a indenizar 30% dos senhores, bem indenizado. (Palmas) Aí fala-se também... a boa fala do Dr. Marco Antônio, que está sempre presente dentro da favela, onde aparecem lideranças que são colocadas... Se tiver lideranças aqui, estou falando para eles. Ficam colocados lá dentro para falar o que precisa falar naquele momento, mas não para a população, sem intimidação nenhuma, mas

não tem clareza.

Agora, eu quero... Já tenho pedido desculpas para alguns dos senhores, que infelizmente o trator vai passar. Eu não tenho dúvida de que vai ser assim, nem preciso registrar em cartório como estou registrando um documento a respeito do Fielzão, do projeto que o Prefeito quer, já estou pondo tudo no papel, porque tudo que vou pôr vai acontecer. Depois a imprensa abre o envelope e vai ver. Sem dúvida alguma vai ter acima de 40 votos, sem dúvida os senhores já acompanharam.

Então realmente até quero deixar muito claro aqui, eu vejo sempre, os senhores citam o meu nome. Nós estamos muito longe da eleição. Eu quero mais é cultivar a amizade dos senhores, porque tenho filhos pequenos (Palmas) Tenho grandes, mas tenho jovens e todos esses erros que acontecem porque o Prefeito é poderoso, quem vai pagar somos nós mesmos, eu inclusive, porque eu estou vereador e também estou indo para a casa da melhor idade, do idoso.

Aos meus 61 anos vejo tanta injustiça nesta cidade. Tenho ficado nervoso, não vou ficar mais, porque meus colegas são bons colegas, bons parlamentares, mas com o Prefeito e com alguns secretários a minha vontade é outra. Se eu tivesse a autoridade que eu gostaria de ter, era colocá-los bem descansados num *spa* para o resto da vida. (Palmas)

Muito obrigado por os senhores estarem me ouvindo e sem dúvida alguma vou defender até o final. Só que o trator do Sr. Prefeito é gigante, mas ele nunca vai calar a voz da verdade, que é a voz dos senhores e a voz de Deus. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Takeo Takatuka...

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Sr.Takeo...

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Jorge. Elvira Barreiros Afonso. José Luís. Marília Borges Andrade. José Luís. Sônia Maria. José Luís. Marcos Monarim. (Palmas) Sr.

Marcos, por favor.

O SR. MARCOS MONARIM – Boa tarde. Meu nome é Marcos Monarim. Alguns já me conhecem. Eu só vou fazer algumas considerações. Afinal de contas esta é uma audiência pública, mais uma das que a gente tem participado, que não tem efeito algum no sentido de mudar projeto ou legalizar o que a gente vem há um ano meio pedindo socorro aos senhores. Primeiramente vou falar só uma coisa a respeito do Executivo. Eu não tenho nem mais o que perguntar ou o que falar, porque acho que a vontade da população, não só a presente, grande parte da população de São Paulo mesmo, é que termine logo o pesadelo que é esta administração pública e que a gente tenha uma outra opção no futuro, na próxima gestão, que negocie com a sociedade e não fique empurrando barbaridades por cima da população e sempre usando justificativas que são nobres como, por exemplo, o meio ambiente. Só que na verdade não tem sentido usar meio ambiente para exterminar 1.400 famílias e 10 mil famílias de comunidade. (Palmas)

Então, é assim: eu dispenso comentário, o Executivo, para mim, infelizmente, como a maioria eu desconsidero. Agora, quero deixar agradecimento especial aos 11 vereadores que nos acolheram nesta Casa, há 1,5 ano, principalmente o Vereador Donato, o Vereador Aurélio Miguel, o Vereador Adilson Amadeu, Vereador Alfredinho que não está aqui hoje e aos que votaram a nosso favor. Quero agradecer e dizer que nossas considerações aqui, em relação às críticas à Câmara, não são voltadas aos senhores. Temos esperança, inclusive, de que os senhores vão nos representar na próxima gestão. Gostaria de lamentar profundamente a função desta Casa que deveria ser a Casa do Povo. Há 1,5 ano chegamos aqui e tentamos conversar com diversos Srs. Vereadores mas, infelizmente, desde o começo, vereadores da Situação, vimos que não estavam abertos ao diálogo, tiraram sarro dizendo: “procurem o Vereador Donato que ele já está cuidando”. Não querendo nem conhecer o projeto que estão votando. Estou vendo o Vereador Tião Farias e eu vi o seu assessor outro dia procurando o Procurador que estava aqui no dia da Nova Luz, interessado em saber sobre o projeto. Espero

que isso, pelo menos, consiga reverter, pelo menos uma opinião a respeito. Que não tenhamos 409 vereadores contra a população, como vimos da outra vez.

Lamentamos a respeito da Casa. Chegamos à conclusão de que ela não compactua com a verdade, com a legalidade e, muito menos, com a democracia verdadeira. Vir até esta Casa e apenas onze apoiarem na obra mais cara de São Paulo! Uma obra que está sendo denunciada há 1,5 ano as irregularidades. Ouvimos de vereadores: “olha, esquece as irregularidades, vai passar, vai passar, acabou!” Quero dizer para o povo que está presente, apesar de estarem cometendo um crime amanhã, que vai ser a aprovação da lei ou depois de amanhã, que essa briga não termine porque vai ter a Justiça e esperamos que a Justiça nos trate de forma diferente. Que tenhamos direito de conseguir que eles nos ouçam e tomem uma providência porque, infelizmente, Vereador Donato, a Casa, do jeito que está, só temos a lamentar. Contamos que na próxima gestão, quem sabe, melhore a situação. Obrigado, até a próxima.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Tem a palavra o Vereador Claudio Fonseca.

O SR. CLAUDIO FONSECA – Sr. Presidente, a audiência, no que pese o fato de alguns senhores presentes afirmarem que não tem valor algum, acho que, se não houvesse, seria dispensável a convocação pelo próprio Presidente. Todos os 55 Srs. Vereadores têm conhecimento da agenda da Câmara Municipal. Também desta audiência pública. V.Sa. poderia indagar os demais. Por favor, o senhor está inscrito e eu vi que as pessoas têm o maior apreço pelo senhor, tanto que declinaram de suas inscrições para passar a palavra para o senhor. Estou aguardando porque acho que, com esta representatividade, nós...

- Apartes fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – (Soando a campainha) -Vamos garantir a palavra, senão, há muito tempo não temos uma audiência assim. Estamos compartilhando o tempo direitinho, sem nenhuma dificuldade. Chegaram pessoas atrasadas aqui, estamos

incluindo e não há nenhum problema. Estamos trabalhando dentro de toda a proposta para que todos possam se manifestar. Vereador Claudio Fonseca.

O SR. CLAUDIO FONSECA - Afirmar que como os demais devem ter os seus afazeres era mais fácil estar fora da audiência. Desprestigiar quem comparece acho que não é uma boa forma de diálogo que se queira estabelecer. De qualquer maneira fique a juízo dos senhores de fazer a avaliação dos que aqui estão, do conteúdo do que é dito, de suas intervenções, não somente nessa questão relacionada a esse projeto mas na sua atividade parlamentar. Como isso não é profissão, exercício parlamentar não é profissão, estamos vereadores e não somos permanentemente. De quatro em quatro anos – isso é o bom da democracia – a sociedade como um todo possa fazer juízo da atuação dos senhores parlamentares, devendo aqui permanecer ou não. Não vejo na permanência ou não qualquer ameaça sobre o mandato que se faz de qualquer um dos Srs. Vereadores. Não fosse assim estaríamos aqui, como dizem os senhores, ou subordinados ao Prefeito ou subordinados também a parcelas, segmentos, sem compreender as mudanças estruturais que são necessárias de serem realizadas na Cidade e para a população. É lógico que um projeto desses carrega conflitos e não são poucos. Aqui se fez referência, por exemplo, a determinados vereadores e determinadas bancadas. Estava aqui em 2001, em dezembro de 2001, durante a Gestão da Prefeita Marta Suplicy, quando foi votado o projeto que dispõe a Operação Urbana Águas Espreadas. Aquela operação urbana já previa também que, para ser viabilizada, tinha de haver desapropriação.

- Aparte fora do microfone.

O SR. CLAUDIO FONSECA - O fato de conhecer não significa concordar. Assim como tem impacto na vida dos demais, dos 400, pela alteração do traçado, também tem impacto sobre a vida dos 900. Então, estamos discutindo, debatendo nesta audiência pública se há concordância em relação à operação urbana em sua forma original. Ainda que concordemos com o traçado original não há que se desconsiderar que já havia impacto

ambiental, impacto social, impacto econômico, impacto viário e não havia a concordância de todas as pessoas que lá estavam. Com certeza. É uma técnica assim: o que afeta os outros eu não tenho nada a ver, o que afeta a mim, aí, sim, passa a ser um problema. Acho que tanto o fato de afetar os 900 como afetar os outros 400 para a mudança do traçado tem impacto na Cidade. Eu e toda a bancada do PT votamos em um projeto de lei que dispunha sobre impacto para 900 pessoas, 900 proprietárias, na ocasião. Agora se discute um acréscimo de 400 com mudança de traçado. Todos os argumentos que gostaria de ouvir e que tenho ouvido são no sentido da viabilidade técnica, da aposta no sistema viário que tem como centro a valorização do transporte individual. O impacto ambiental, eu não sou daqueles que acham que não é necessário ter parques na Cidade. Haja vista os efeitos que temos das mudanças climáticas. Onde ele vai estar é outro caso. Mas também vir aqui com o argumento: “para quê parques na Cidade?” é desconsiderar todas as mudanças climáticas e os seus efeitos para nós e para toda a população de São Paulo. Tem de planejar. Tem de haver intervenção urbana na Cidade e foi por considerar que é necessário ter intervenção para requalificação, para reurbanização de uma determinada área que o projeto original chegou à Câmara Municipal e foi votado. Não havia o interesse vinculado a empreiteira no projeto original mas tinha impacto de desapropriação. A saída mais fácil é ficar apontando o dedo e dizer: “olha, todo o mundo aqui está comprometido!” É uma visão simplória, simplista e desrespeitosa à dinâmica da Cidade, aos agentes públicos, aos vereadores que votaram no projeto original porque, senão, por tudo o que foi dito aqui a Operação Urbana é desnecessária. Quem falou aqui disse: nós discordamos do traçado, do impacto previsto nessa mudança, mas concordo com o projeto original que é a operação urbana. Há poucos dias os Srs. Vereadores solicitaram tanto que os secretários como técnicos aqui viessem para explicar tanto os impactos do ponto de vista social e buscar alternativas para as pessoas que vão ser desapropriadas, os 900, os 400, as pessoas que terão moradia de interesse social que aqui disse “está prevista a construção de 6 mil habitações de interesse social, poderão chegar a 8 mil.” Muitos não sabem dessa realidade.

Sei que se não estiver assegurada a habitação de interesse social para as pessoas é lógico que eles também vão se mobilizar de alguma maneira, algum diálogo que foi estabelecido. De 2001 para cá, deve ter havido algum diálogo aqueles que serão removidos - por ocupações irregulares – para que neste que neste momento não estejam presentes. Acho que deve haver algum desconforto. Não sei o que aconteceu, mas eles não têm vindo à Câmara. Têm algumas lideranças, 50% que têm conhecimento e que participaram. Os outros 50% não participaram. Disseram que algumas pessoas foram guindadas à condição de liderança, como Marcos disse. Você é uma liderança?

O SR. MARCOS – Sou um morador. O senhor conhece lá?

O SR. CLAUDIO FONSECA – Isso não vem ao caso.

- Aparte fora do microfone.

O SR. CLAUDIO FONSECA – O senhor afirmou que tem 50%.

- Apartes fora do microfone.

O SR. CLAUDIO FONSECA – Se isso é verdadeiro, eles também vão reagir. Estou reforçando o que você disse. Se não estiver assegurado de que eles receberão habitações de interesse social. Ele não quer saber se é CDHU, ele quer um imóvel pelo dele que foi desapropriado. Então, todos os desconfortos criados por uma situação como essa não podem ser subestimados nem pelos vereadores e nem pelo Executivo.

Por isso pedimos que o secretário e os técnicos venham aqui. Se elas são necessárias, como vamos reduzir o impacto disso? Assim como oferecemos para as oito mil famílias a oportunidade de ter moradia; não só a indenização, mas oferecer para as pessoas que moram no entorno e que também serão desapropriadas a possibilidade de ter imóvel na própria área. Porque aquela área será valorizada.

Alguns aqui citaram, um professor de engenharia, ele disse que já tinha valorização apenas pelo fato de ter uma operação urbana. Nós discutimos isso com os técnicos da secretaria, com a Tereza; fomos buscar informações sobre a geração de precatórios para

garantir a segurança de todos que forem desapropriados. Pela lei atual, a Prefeitura está pagando precatórios de 2001, de desapropriações de 1996. A mesma informação que foi dada para os senhores, foi dada para os vereadores de que se a desapropriação for feita pela SP Obras, não terá precatório e será feito o pagamento do valor considerando não o valor venal do imóvel – que é interessante usar como referência para pagar o IPTU, mas o valor de mercado.

O procurador se dispôs a citar casos em que houve desapropriação e que a indenização foi feita 250% acima do valor venal. Ele deu essa informação e nós, vereadores, vamos pedir os exemplos.

O SR. ÍTALO CARDOSO – É só na sua fala, e no mínimo temerário, na linha do que V.Exa. está falando, num projeto dessa monta, hoje, sermos informados pela Prefeitura que não sabe calcular o quanto vai custar as desapropriações.(Palmas)

Qualquer um sabe que se pegar a planta genérica de valores da região e fizer uma soma, dá. Não precisa nem jogar os 250% em cima. Mas, tem um número. Quero ver como o Tribunal de Contas que nessa altura do campeonato, em vias de ser votado, não tem o impacto de quanto vai custar com desapropriações. Esse tipo de pergunta deixa muitas inseguranças.

O SR. CLAUDIOI FONSECA – Concordo com a observação que V.Exa. fez e com observações que já fizeram os demais. Teríamos mais segurança se os técnicos dissessem que o valor estimado das desapropriações é esse. Ele pode ficar além ou aquém, pois se sabe, que será feita uma avaliação pelos técnicos da Administração, vão buscar uma solução administrativa. Não havendo solução administrativa, o juiz chamará um perito para fazer a avaliação. Se o valor do perito for acima do da administração, ela deverá fazer um depósito em juízo sem o qual ele não pode fazer qualquer ato de desapropriação. Essa é a dinâmica. Mas, ainda assim, requeiro que os técnicos façam uma projeção. Não podemos dizer que é o valor absoluto. Isso gera conforto para a negociação.

Recomendo à Secretaria que ofereça um cálculo de impacto. Acho que você não mexe numa operação dessa magnitude, que é estrutural para a cidade gerando desconfiança.

Excluído: -se

Tem que gerar confiança.

Compreendi muito bem o que disse o Vereador Adilson Amadeu. Mas, quem tem esse conjunto de informações das empresas que já ganharam e dos acordos que foram feitos antecipadamente pelo Prefeito. Se há essa submissão, ela já implica numa relação perigosa e não legitimada que ele faça, não aguarde, mas que faça a representação em juízo porque assim ele poderá apresentar todas as provas. Como ele é detentor de imunidade pelas suas palavras, que ele não fique usando meios termos. Pode vir a plenário pedir aos senhores vereadores que seja constituída uma comissão parlamentar de inquérito, apontar todos os senhores vereadores que estão envolvidos nisso, que pode ser uma relação prejudicial da cidade por interesse individual, ou se representações de grupos ou de corporações, que ele identificou, segundo suas palavras, que o faça o mais rápido possível. Estou à disposição para todo tipo de verificação, tanto para as minhas convicções quanto aquilo que as pessoas podem apontar como eventual desvio de conduta.

Já disse aos senhores na primeira vez em que estiveram na galeria que votaria favoravelmente em primeira votação. Fiz e faço de forma transparente. Ou seja, buscar dialogar como Executivo para abrigar as mudanças que seriam suportáveis do ponto de vista do projeto considerando que o projeto é necessário posto que já em 2001 eu, e naquela ocasião os vereadores que davam sustentação á Prefeita Marta Suplicy, votamos favoravelmente à Operação Urbana Água Espreada. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Muito obrigado, Vereador Cláudio Fonseca.
A audiência pública traz uma série de informações importantes não só para vocês, mas para todos nós. Nesta audiência é possível perceber uma preocupação, que é legítima, com o fantasma do precatório. Isso, todos nós temos e podemos mudar nessa lei. Vou falar só do precatório e, em seguida, passarei a palavra.

Podemos fazer com que isso fique fora da possibilidade do trabalho da relação com vocês, pondo no texto da lei que todo processo de desapropriação seja obrigatoriamente feito

Excluído: o

Excluído: u

Excluído: s

pela SP Urbanismo ou SP Obras, porque, sendo empresas, naturalmente nunca iria à transformação de precatório. Essa é uma forma de você estabelecer uma relação. Como eu disse, é possível que isso seja tratado com o Executivo para que fique fora a possibilidade de precatório, utilizando-se apenas desse artigo, que pode ser inserido sem prejuízo. O que não podemos colocar, Vereador Ítalo, é que o valor seja 200%, porque, aí, estaríamos tratando toda uma área de forma diferenciada. Não podemos tratar desse forma na legislação. Mas excluir a Administração Direta, podemos. A SP Obras vai, provavelmente, manifestar-se depois; então, eu gostaria de que, ao final, ela pudesse avaliar essa possibilidade, que julgo interessante.

Tem a palavra o Vereador Tião Farias.

O SR. TIÃO FARIAS – Sr. Presidente, serei breve. Ao contrário de algumas pessoas que se manifestaram dizendo que a audiência pública não serve para nada, que não faz muito sentido, penso que para mim está fazendo, e muito.

Posicionei-me, na votação anterior, na primeira, e, ao contrário de alguns companheiros presentes, eu não era Vereador em 2001. Estou Vereador a partir somente deste ano, pois antes eu era suplente. Então, minha relação especificamente com essa matéria deu-se mais agora, nesses meses. Durante a primeira votação, eu disse ao Líder do Governo que eu tinha duas preocupações. A primeira, com a Cidade. E, no que diz respeito à Cidade, com a garantia de que essa obra não buscaria no Tesouro recursos para terminá-la, ou seja, que o Tesouro fosse preservado. Porque pegar dinheiro do Tesouro significa tirar dinheiro de creches, de merenda, de educação, coisa que não acho correta numa obra como essa.

Em segundo lugar – e não nessa ordem de prioridade -, a questão da desapropriação. Qual é a garantia de que os senhores que estão sendo afetados por essa obra não seriam reembolsados a título de precatórios? Qual seria a segurança dada aos moradores no que diz respeito à desapropriação?

Votei pelo “sim”, mas expondo muito claramente e publicando inclusive na Internet essas duas questões. Essa questão da insegurança da desapropriação existe, é um fato. Se

não existe até agora nenhum valor aproximado, em termos de orçamento, para desapropriação, isso significa que não se sabe como está o orçamento da obra. Isso deixa a todos inseguros. Não acho correto criar-se uma instabilidade dessas. Numa obra dessa importância, desse tamanho, não temos o direito de promover essa desinformação aos senhores, embora o que os técnicos hoje nos trouxeram - pela transparência e pela honestidade das exposições – esteja nos ajudando.

Só quero acrescentar o seguinte: nossa intenção é fazer com que as coisas não sejam levadas para o campo da injustiça. Nada justifica criar-se uma situação como está sendo criada. Por melhor que seja a obra. Se houver alguma injustiça sendo cometida não justifica.

É difícil? É difícil. Mas digo o seguinte: o meu voto, em segunda, está condicionado a esse esclarecimento: no que diz respeito ao Orçamento, à desapropriação e aos precatórios. Mantendo do jeito que está, pelo que fui informado hoje, votarei contra o projeto. Não que eu ache seja ele desnecessário, ele é necessário, mas o túnel, para mim, não é o melhor sistema. Quer dizer, a partir do momento que se entra nele, se há congestionamento não se tem saída. O senhor está justificando ele só para o fim de semana, mas, se por acaso, isso tivesse contemplando pelo menos a questão dos moradores ali do entorno, mas nem isso.

Acho que merecemos, principalmente vocês, um pouco mais de consideração e de justificativas no que diz respeito às desapropriações.

Essa audiência pública serviu para mim, e muito, principalmente nesse aspecto dos esclarecimentos. Eu já havia colocado essa posição, inclusive na internet, no mesmo dia quando votei, continuo achando que os esclarecimentos dos técnicos foram importantes para meu posicionamento, mas não acredito que até o momento da votação isso seja sanado.

Claro, posso até manter meu voto, mas como já disse a meu próprio Líder, e aos companheiros que estavam ao meu lado na hora da votação, essas dúvidas deveriam ser sanadas. Elas ainda não foram sanadas. Pelo contrário, continuam suscitando dúvidas e o fato de o Orçamento não ter claro quanto custarão essas desapropriações torna temerário qualquer

posicionamento. É temerário votar algo do qual não sabemos o valor. Muito obrigado.

- Manifestação na plateia. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Antes de passar a palavra, pedirei ao procurador Dr. Léo a gentileza de responder um assunto colocado com relação ao ‘fantasma’, lembrado, mais uma vez, pelo Vereador Tião Farias. Como podemos ter a segurança e transmitir essa segurança?

O SR. LEO VINICIUS PIRES DE LIMA - O nobre Vereador lembrou muito bem . A emenda constitucional nº 62, que não é municipal, é da Constituição Federal, é extremamente dura com relação aos precatórios, pois ela cria mais uma forma de moratória e parcelamento de precatórios.

O precatório é tão nocivo para a população – que não recebe – quanto para a Administração – que vê suas dívidas rolarem e até inviabilizando administrações futuras.

A Lei 13.260, de 2001, já previa que não fosse feito diretamente pela Administração. Em seu Artigo 25: “Fica autorizada a Empresa Municipal de Urbanização – antiga Emurb, hoje dividida em SP Obras e SP Urbanismo – a praticar todos os atos necessários à realização da Operação Urbana Consorciada Água Espreada”, em especial, eu friso, “aqueles de sua competência para desapropriação dos imóveis necessários à sua implantação”.

Então, já havia na lei original a sugestão de que essas desapropriações fossem feitas pela empresa, exatamente para que não se considerassem precatórios. Já havia isso na redação original. Talvez o que se possa fazer – embora não veja, na qualidade de técnico jurídico, nenhum óbice – a que conste expressamente a determinação legal para que (ininteligível), nessa segunda fase, sejam feitos pela empresa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Só para explicar para vocês, ali está autorizando, sem mudarmos o texto, e ‘obrigar’ é diferente. Se fizermos ‘determinando’ que seja só dessa forma, ficamos absolutamente seguros nesse mesmo artigo, ou seja,

mudaríamos esse artigo.

Essa é uma sugestão que podemos trabalhar no sentido de evoluir nesse assunto.

Apenas para esclarecer esse assunto.

O SR. LEO VINICIUS PIRES DE LIMA – Repetindo: não há a menor possibilidade.

Se for ver dessa forma, para a empresa não há a menor possibilidade.

É também importante frisar que a desapropriação tem duas fases. Respondendo até ao munícipe que perguntou sobre opiniões divergentes – parece que um colega veio aqui e disse outra coisa – eu respondo pelo departamento, sou Diretor do Departamento de Desapropriações. Todas as negociações são feitas comigo. Ninguém mais tem autoridade para falar pelo Departamento. Eu é que falo. Para que fique claro.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. LEO VINICIUS PIRES DE LIMA – Não, mas tudo bem. Eu sou o Diretor do Departamento. Mas, enfim, a desapropriação tem duas fases. Vou tentar se o menos técnico possível. A primeira fase é a fase que chamamos de declaratória. É a fase em que o Poder Público, ou por lei ou por decreto, declara o interesse em uma área. A declaração de interesse, que é feita ou por decreto ou por lei, não representa necessariamente que vá haver desapropriação. Só que é nessa fase que se faz a avaliação. Ao final da declaração é que vamos lá, vistoriamos o imóvel e fazemos a avaliação. Como ainda não houve essa primeira fase é que não temos nem perspectiva de valor. É importante no projeto que se autorize, a critério da negociação, que a primeira fase possa ser feita pelo Departamento de Desapropriações, possa ser feita pela Administração Direta. Por que digo isso? Porque o Decreto 51638, ou pelo menos ratificar a desapropriação, permite à Administração Direta trazer o munícipe para a discussão e ouvir o munícipe permitindo que se altere o valor. Só para deixar claro, mais uma vez, avalio o imóvel por 100 mil reais. O munícipe acha que vale 120 mil reais 'porque tem um detalhe na minha obra que os senhores não consideraram'. Esse decreto hoje permite que eu acate a manifestação do munícipe e eleve o valor para 120 mil reais, para

não ter de levar a questão para juiz, enfim, esse tipo de coisa. Só que esse decreto só vale para a Administração Direta. Ele não vale para a empresa. Então, é importante quando se for redigir o novo artigo que se faculte à Administração manter essa primeira fase, que é a fase declaratória da desapropriação na Administração Direta. Pode ser que se faça pela empresa, por celeridade, se houver necessidade. Mas que se faculte manter porque permite negociar com cada munícipe para se chegar a um valor que seja justo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado. Com certeza vamos ter um texto que será apreciado com uma nova mudança. Com certeza essa é a proposta e é por isso que estamos aqui hoje para tentar fazer uma redação que possa melhorar ao projeto.

Tem a palavra Ricardo Terasoli. (Pausa) Selma Duarte. (Pausa) Fernando Duarte. (Pausa) Maria de Lurdes

O SRA. MARIA DE LURDES RIBEIRO DOS SANTOS – Sou moradora da região do Jabaquara, Americanópolis, Jardim Lurdes e sou líder comunitária. Participo do Fórum de Liderança da Água Espriada. Não sou contra o projeto. Minha preocupação é que seja diminuído o parque para que tenha possibilidade de construir mais moradia para as pessoas que lá moram ainda hoje dentro do córrego. Apesar de estarmos em uma área indireta aumenta a minha preocupação de que as diretas sejam atendidas e nós, por sermos indireta, fiquemos no esquecimento porque é uma área bastante precária e ainda hoje tem pessoas que moram dentro da lama. O meu apelo é que essas pessoas também sejam atendidas. (Pausa) Tenho uma preocupação muito grande que tenha um número expressivo de pessoas que moram em área de risco, em área de invasão e a descredibilidade deles de serem atendidos é tão grande que eles não vêm. Estou aqui não representando, defendendo a minha moradia mas defendendo a moradia de todas as pessoas que lá estão e que precisam dessa moradia e que seja uma moradia digna. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Maria Helena. (Pausa) José Eduardo. (Pausa) Peço à assessoria para protocolar este documento.

O SR. JOSÉ EDUARDO - Bom dia. Primeiramente agradeço a oportunidade. Esta é a nona audiência pública. Como engenheiro tive de estudar o que é um licenciamento ambiental. Estou descrente completamente de audiência pública porque nessas nove audiências de que participamos, desde março do ano passado, nenhum item foi atendido até hoje. (Palmas) Tudo o que foi falado – e no começo, quando começamos a participar das audiências públicas éramos cordatos, educados, nunca ofendemos nenhum vereador, nunca xingamos ninguém. Em todas as audiências públicas o número de vereadores presentes é, infelizmente, mínimo. Então, por exemplo, na última audiência pública, essa, temos seis vereadores, infelizmente. De 55. Na última comissão de que participamos havia o presidente e mais um vereador. Dois vereadores em uma audiência pública. Quer dizer, qual é a representatividade de uma audiência pública com dois vereadores? Como o senhor falou ninguém quer saber. Duvido que algum dos que não estavam presentes, a não ser os que acompanham, fiquem prestando atenção ou leiam o que foi escrito. Infelizmente essas audiências são para cumprir o que manda a lei. Isso é um protocolo. Vocês só fizeram a audiência pública hoje para poder validar o ato e amanhã, ou quarta-feira, votar em segunda votação. Primeiramente quero deixar muito claro para todos os presentes que a população que está aqui, inclusive da comunidade, todo o mundo quer a obra. Acho que vocês, tem vereador, não conseguiram entender ainda. (Palmas) Todos nós queremos a obra. Queremos que a obra seja feita.

O Sr. Claudio falou que em 2001 foi votada uma lei. Estava presente e deve saber muito bem que pelos relatos para se chegar àquilo, levou-se quase dois anos. Sabe disso? Então está bom. Foram ouvidas as comunidades naquela época, vários arquitetos, várias associações de moradores e foi feito um projeto básico, que virou a lei, em 2001, que levou dois anos para ser feito. Esse projeto que está aí não levou dois anos para ser feito. Infelizmente esse projeto apareceu com a desculpa, agora no Brasil, no mundo inteiro, está na moda falar em meio ambiente. Sou muito defensor do ambiente só que é assim. Uma hora a

Prefeitura fala em ambiente, fala em fundo de vale, fala em recuperar área degradada só que ela esquece de falar que está pegando o nosso lixo e jogando tudo num aterro só, sem separação. Isso não é ambiente. É assim, a velha história, a Prefeitura, o Executivo, quando convém tem a desculpa. Agora, quando não convém, não fala nada do nosso lixo. Nosso lixo está sendo jogado no aterro a um custo bilionário! Por uma empresa particular. Mas eles não falam que a reciclagem que faz, que a minha casa faz e que vários moradores fazem, eu separo o lixo e ele vai para um lugar e é juntado e jogado no mesmo aterro. Ninguém fala isso!

Ninguém fala isso! Agora, para falar que a obra do fundo de vale é inviável hoje, todo mundo diz. Isso é uma desculpa.

Então, quero deixar isso bem claro para vocês. Gostaria, Sr. Claudio que o senhor me esclarecesse uma coisa. Se eu provar agora que não serão 400 casas desapropriadas, o senhor muda seu voto?

O SR. CLAUDIO FONSECA – Vou me convencer, que não só as 400 casas...

O SR. JOSÉ EDUARDO - O senhor vai mudar seu voto. Então, o senhor vai mudar seu voto.

O SR. CLAUDIO FONSECA – O senhor faz uma pergunta para eu responder, o senhor mesmo pergunta e responde.

O SR. JOSÉ EDUARDO - Então, o senhor vai mudar seu voto. Infelizmente, nós temos técnicos na Siurb, conheço o Sr. Luiz Carlos, a gente já participou de uma reunião do grupo de gestão. Estamos em 2011 e o grupo de gestão, se vocês lerem a lei, tem de abalizar tudo o que é feito na Operação Urbana. E na penúltima reunião, descobrimos que nem a transcrição da Taquigrafia existe. É feita por uma pessoa que registra a lápis e na ata, geralmente, não sai exatamente o que aconteceu na reunião. Quer dizer, para alguns motivos, a Prefeitura tem dinheiro para gastar e para outros não.

Quero deixar claro também que a população, pelo menos as pessoas que eu estou representando, está muito descontente com o procedimento da Câmara Municipal de São

Paulo e com alguns Vereadores. Não falarei nominalmente, porque a maioria dos Vereadores não conhece a área nem o projeto. Nas últimas três semanas, fui a vários gabinetes tentar conversar com Vereadores. Tem Vereador que não sabe nem onde é o piscinão da Água Espreada e mesmo assim votaram “sim” no projeto.

O Executivo vem com os dois Secretários e alguns técnicos, faz uma reunião e consegue demonstrar que o projeto é bom, maravilhoso e pergunto: Quem participou da reunião sabe quantas pessoas estavam lá, hein Sr. Claudio? Quantos Vereadores participaram dessa reunião para ter representatividade?

O projeto de 2001 é de quatro quilômetros e quatrocentos. São quatro mil e quatrocentos metros de comprimento. Já em 2001 não se falava em parque, nem em parque linear. Falava-se em área jardinada. Mas pergunto à Dra. Rosa se ela sabia ou se algum dos senhores sabe qual era a área daquele parque. A senhora sabe Dra. Rosa?

A SRA. ROSA - A área era só adjacente do...

O SR. JOSÉ EDUARDO - Olha o tamanho da área.

A SRA. ROSA – Estou respondendo para você, que como é engenheiro tem capacidade de absorver a informação. Era adjacente da via expressa para as vias locais. Era um canteiro, esse canteiro lateral que não dava para usar como esporte, lazer e muito menos como área de absorção.

O SR. JOSÉ EDUARDO - Senhores, a área que a Dra. Rosa acabou de falar tinha 290 mil metros quadrados. É uma área desprezível. Para quem não tem nem um metro de árvore, é um canteirinho. Porque a menor distância no projeto de 2001 era de 70 metros. As pistas tinham 30 metros, só sobravam 20 para cada lado. Agora, tem-se 4.400, tem lugar com 150, 160 metros quadrados de distância.

Então, é muito fácil vir aqui e falar que em 2001 não tinha área permeável. Tinha e de 290 mil metros de área total, que tinha faixa para ser usada. Ainda sobrava 170 mil metros de área permeável, bem fácil de se fazer a conta.

Então, é muito bonito vir aqui e dizer assim: “Aumentamos o parque de 300 para 600”. Concordo. Precisamos de parque. Alguns colegas afoitos, no desespero de perder a casa, falam bobagem, às vezes, inclusive eu. Já falei muita bobagem na Câmara e continuo falando. Mas, o problema é o seguinte: tecnicamente não se tem hoje 1 metro quadrado de parque lá, 1 metro de árvore, não tem 1 metro. Para quem ficaria com 300 mil já estava bom, 290 mil. Não desapropriava ninguém.

A tão propalada desapropriação que teria eram para pessoas moradoras a menos de 30 metros do leito do rio. A Emurb sabe disso, pois estou com um projeto – o qual achamos sem querer; veio às nossas mãos um pedaço do projeto – já exibido a vários Vereadores; ao grupo de gestão; mas de nada adiantou. Da própria Emurb. O projeto mostra as áreas, as alterações que seriam feitas.

Peguei a planta do PL 25, e como falei na última audiência, montei a planta do PL 25. A planta é um... – não falarei a palavra. É um absurdo. O engenheiro que fez a planta não deveria estar num bom dia. É necessário virar as folhas de cabeça para baixo para poder estabelecer o perímetro.

Então, o que acontece? Já existia, em 2001, a área permeável. “E não dava para fazer o Villarim?”; “Não”; “Não dava para fazer duas quadras de campo de futebol?”. Em alguns lugares, dava.

Deixo mais um item claro, mencionado pelo Elton. Toda audiência pública o Sr. Elton tem de ir embora. Iria responder isso a ele: “Moro a três quarteirões do córrego; a quatro quarteirões do piscinão; depois que o piscinão foi feito, sabe quantas vezes encheu? Nenhuma. Pedirei a vocês responderem: estou mentindo?”

- Manifestação na plateia. (Não!)

O SR. JOSÉ EDUARDO – Então, a pessoa, ou os técnicos, que falaram da necessidade de fazer a drenagem, é muito bonito; muito bacana. É mentira, é um exagero! Nos últimos doze anos não houve mais enchentes.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. JOSÉ EDUARDO – Aonde a senhora mora?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. JOSÉ EDUARDO – Qual lugar do Jabaquara? Lá perto do Pinheirinho?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. JOSÉ EDUARDO – Perto do Jardim Lourdes? Mas, perto do Jardim Lurdes o piscinão não alcança. Ele é do outro lado.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. JOSÉ EDUARDO – Calma. Temos um vale. A senhora mora do outro lado do vale. O piscinão só serve do lado de cá do vale, entendeu?

Então, pessoal, é esse tipo de coisa que é muito chato de dizer, mas falar em drenagem é uma falácia, é uma mentira.

Se é feita uma área permeável de 300 mil metros, para quem não tem área permeável hoje, é truço, não é? Estamos ganhando. Vamos aumentar nossa área permeável.

Vamos lá. Foi perguntado pelo Vereador Donato o valor das unidades habitacionais. Mais uma vez, como toda audiência pública, não tem resposta. É um tal de vamos responder depois, mando um ofício, me prontifico a mandar a semana que vem. É sempre assim.

Só para fazer um parâmetro, a Sehab acabou de fazer três licitações para 800 HIS. O valor das três licitações chega à média de 175 mil reais por apartamento. Só que os 800 apartamentos não são para a área onde começará a obra. São para a área desapropriada lá no Jardim Edith. Estou certo?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. JOSÉ EDUARDO – Não? Estou errado. Então, está certo. Depois, a senhora fala.

Os 800 apartamentos que começaram a fazer, 244 estão no Jardim Edith; 342 na

Estevão Baião, que é para o pessoal do Jardim Edith; e 244, ou 240, na Corruíras, são para as pessoas retiradas do Jardim Edith. Sobrarão uns cem apartamentos que poderão ser utilizados em algum lugar. Só que as dez mil famílias de nossa área, da Lino de Moraes até a Imigrantes...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. JOSÉ EDUARDO – Oito mil? Vamos falar em oito mil. Se você pegar o valor médio de 175 mil reais por apartamento e multiplicar, dará 2 bilhões. Só para fazer os apartamentos.

Vereador Tião, se hoje temos, na conta da Operação Urbana Água Espreada, 900 milhões – vou falar, hein? Também não é 900 – como é que a Prefeitura não vai usar o dinheiro do Orçamento?

Vamos, lá. Se vocês entrarem hoje na página da Prefeitura, o valor dos Cepacs é 911 milhões de reais. Só que tem um outro esquecimento – afinal a Prefeitura, os técnicos, sempre esquecem alguma coisa, impressionante -, lá está o valor que ela tem em conta agora, nesse momento, e esquecer de dizer o seguinte: os contratos assinados para Corruíras; Estevão Baião; e desapropriações – não pagos ainda, pois nem começaram a fazer – não estão lá debitados.

Ah! Dos dois contratos maravilhosos, um, da execução do projeto do túnel que custou 35 milhões – dos quais só foram pagos 13 até agora, falta pagar 22 milhões – e o outro, do parque, 22 milhões – dos quais foram pagos, até agora, 2,7 milhões – ficam faltando 22 milhões de reais para pagar o projeto do túnel, o projeto, o desenho. Estão faltando mais ou menos 20 milhões para pagar o projeto do parque. Faltam 74 milhões de reais para o Jardim Edith. Estão faltando 42 milhões para a Corruíras e 43 para a Estevão Baião. Somando isso, chegamos a 191 milhões de reais. Tirando de 911 – que é o que tem hoje em conta – só sobra 790, portanto, não temos 900 milhões. São 720, desculpem. Já diminui mais.

Outra coisa que ninguém falou ainda. O PL 25, Sr. Paulo, não dispõe sobre a

Doutor Lino de Moraes até a Imigrantes. Ele fala da Chucri Zaidan. A Chucri Zaidan tem uma operação de 3,2 quilômetros de comprimento, com uma ponte atravessando o rio. Daí, fiquei impressionado. Para nossa obra, que tem 4,5 quilômetros, o orçamento é de 2,2 bilhões. Prestem atenção, pelo amor de Deus, nesse valor.

Repito: para 4,5 quilômetros o orçamento é de 2,2 bilhões. Sabem qual o valor para fazer a Chucri Zaidan, que tem 3,2 quilômetros? Cento e noventa milhões de reais. Como é que pode? Um quilômetro a menos e custa 2 bilhões a mais? Está aí, nesse papel que acabei de entregar ao senhor. Isso faz parte do EIA-RIMA. A Chucri Zaidan tem um EIA-RIMA separado.

Ah! E o mais bonito é que na Chucri Zaidan terá um túnel. O engraçado ainda é que o túnel da Chucri Zaidan está a 250, ou 300 metros do Rio Pinheiros. E lá pode fazer o túnel. Engraçado. E lá não tem de fazer, na Chucri Zaidan não vai ter canteiro verde, não vai ter nada. Nem área ajardinada, nem play ground, nada disso. Sabe porque? Sabe por quê? Porque lá tem prédios da Eletropaulo, da OAS, da Andrade Gutierrez, prédios próprios e a obra vai passar no meio da rua, então, eles vão fazer um túnel debaixo da rua. Por que não fazem um túnel por baixo do parque? Então, Srs. Vereadores, vocês estão representando 11% da Câmara. O problema é que a Prefeitura usa dois pesos e duas medidas. A obra foi licitada de acordo com uma pré-qualificação de 2008.

Em 2008, nem existia este projeto, esse atual projeto. Foi feita uma pré-qualificação que está sob judge no Tribunal de Contas do Município para qualificação em 2008. Foi pré-qualificado um projeto que não existe.

Como você pode pré-qualificar quatro empresas e são só quatro lotes e você pré-qualifica um projeto que ela não sabe. Então, sou um engenheiro e me chamam para fazer uma obra numa casa e daí fala. Daí você pede para o engenheiro dar um preço, sem saber o que vai ser feito. É assim que funciona. Esta é a pré-qualificação da nossa Prefeitura. Vai lá, não tem projeto básico, que é uma obrigação da lei, e pré-qualifica.

O mais interessante é que quando entra uma pessoa querendo concorrer, mas não foi pré-qualificada, infelizmente, o edital diz que só pode participar da concorrência pessoas pré-qualificadas, então, esta é uma maneira de restringir a licitação porque você só pode trabalhar se você estiver pré-qualificado, quem não souber que tinha uma pré-qualificação acaba não podendo participar. Então, senhores isto é a transparência da nossa licitação, do projeto Água Espaiada.

Quero deixar claro que o projeto de 2001 vai atrapalhar algumas famílias. Famílias que moram há dez metros do córrego sabem que vão ser desapropriadas. É o lugar mais estreito do córrego. O córrego tem 20 metros de largura e naquele ponto as quadras estão mais encostadas no córrego. Ali é o ponto mais estreito da operação hoje. O que vai acontecer? Naquele pedaço se fosse feito o projeto de 2001 iam ser desapropriadas umas quinze ou vinte casas, iriam ser desapropriadas. Tanto é que no projeto de 2001, se você pegar o projeto que está ali você consegue contar as casas que vão ser desapropriadas. Só que agora com o alargamento do parque vai a duas quadras inteiras, não vai só os primeiros quatro ou cinco. Outra coisa que estou abismada, todo mundo veio aqui falar de precatório, não estou querendo saber de desapropriação. Ninguém veio aqui para fazer acordo com a Prefeitura o que tentaram fazer com a gente na semana passada chamando algumas lideranças para conversar para mim é jogo sujo, ninguém está aqui para fazer acordo, nós estamos aqui para tentar fazer uma obra melhor possível pelo menor custo possível e que atenda a todos.

Até agora ninguém falou porque tem outra jogada de nossos técnicos. Sabe o que está acontecendo quando o meu colega Elton Santa Fé – porque ele é engenheiro também e chega aqui e fala que é só 400 desapropriações, ele está dizendo sobre a entrada do túnel, a boca do túnel. Ele está esquecendo de dizer que com o aumento do parque o desenho do parque aumentou – se os senhores têm casas, as casas vão sumir -, só que aí tem um outro problema: eu tenho o desenho do túnel – o projeto executivo que foi pago 35 milhões, está ali,

em cima daquela mesa, só que a gente não tem o desenho do parque. O desenho do parque é muito maior, a gente só tem o alinhamento dele. Então, a jogada do PL 25 – isso é uma jogada -, na hora em que diz assim “fazem parte desse projeto as folhas BE_002, 01, aquela coisa toda que o Sr. Claudio leu, com toda a boa vontade, e as plantas PA, que são as plantas novas. Sabem o que vocês vão fazer se vocês aprovarem isso? Vocês vão dar um cheque em branco porque nenhum de vocês ainda viu o projeto do parque, nem eu . Então, vocês vão assinar um projeto em branco para ser feito o que eles quiserem porque a planta pega a área total. Então, dentro da área total eles podem aumentar o parque, amanhã, para 700, 800 mil metros a bel prazer, porque a planta deixa. Quem manda, quem restringe o perímetro é a Planta PA, são as plantas novas, que é essa planta maravilhosa que eu vou mostrar para os senhores. (Pausa)

Senhores, essa é a planta montada de acordo com os nossos técnicos, infelizmente eles não tinham uma prancheta. A linha lilás é o perímetro da operação, é onde a lei manda que a operação urbana tenha o perímetro – o outro perímetro está do lado de cá, que a planta não abarcou. A linha vermelha é o alinhamento da operação em 2001. Então, vocês vejam aqui, olhem aqui: essa era a largura. Então, aqui eu tenho 70 metros, aqui 110 metros, aqui tenho 150 metros, aqui 100 metros, aqui 180 metros, aqui 70 metros, a menor distância era 70 metros e a maior chegou até 180 metros. Então, de uma extremidade à outra, a gente tinha, desde aqui da Lino até a Imigrantes 4.400 metros, com uma média, e eu fiz os cálculos por poligonal – a Dra. Rosa sabe o que é isso -, deu 295.000 metros quadrados de área.

Então, senhores, o senhor vai mudar o seu voto agora: a linha verde é o novo projeto. Eu sempre fui, eu sou. A linha verde é o novo projeto. As linhas verdes são as quadras que vão cair agora com o atual projeto. Então, está aqui, aqui, aqui e essa linha vermelha é fora do alinhamento da Operação Urbana. Então, se vocês verem uns numerozinhos que eu coloquei aqui, olhem, 38, 14, 19, 29, 48, esses são os contribuintes de cada quadra. Somando cada numerozinho desse daqui e daqui dá 950, além, porque eu só contei – reparem – daqui

Excluído:

Excluído:

para o novo alinhamento, eu não contei o que estava dentro do outro alinhamento, eu não estou considerando o outro alinhamento. Então, o outro alinhamento, que é o vermelho, que é o da operação de 2001 eu não contei. Se vocês verificarem aqui, olhem, tem casas nesse meio aqui, eu não contei, porque elas já iam ser desapropriadas – eu só contei o que é a mais do que o de 2001, são 950 residências, 420 aqui, 250 aqui e com o aumento do parque umas duzentas e poucas.

Excluído:

Então, aí tenho um colega que está sentado ali atrás, que já participou de algumas reuniões do grupo de gestor, como a Dona Rosa, que já me falou que eu estou errado, não é Luiz? Só que ele já me prometeu mostrar a quantidade e não mostrou.

Agora, o engraçado é que essa planta aqui é a planta do PL 25, essa planta é oficial, não fui eu José Orlando que inventou. Eu não inventei essa planta, eu só montei, eu só montei e está escrito aqui: “Alinhamento do PL 25”; em vermelho está escrito “Alinhamento da Lei 13.260”. Então, não sou burro, aqui é o alinhamento anterior e aqui é o alinhamento atual, quer dizer, eu só contei as casas e contar contribuinte eu sei.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Sr. José Orlando, mais três minutos, tá?

O SR. JOSÉ ORLANDO [GHEDINI](#) – Quantas pessoas me deram?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – O senhor está falando 12.

O SR. JOSÉ ORLANDO [GHEDINI](#) - Ninguém mais? Só 4 me deram o tempo?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Não, o senhor tem o tempo de 12 pessoas.

O senhor começou às 13h27.

O SR. JOSÉ ORLANDO [GHEDINI](#) – É um minuto cada um?

Formatado: Fonte: Negrito

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Três, dá 36 minutos, o senhor começou às 13h27. Esse assunto não tem erro.

O SR. JOSÉ ORLANDO [GHEDINI](#) – Tudo bem, vamos continuar. Outra coisa que ninguém falou: o alinhamento, a operação urbana tem um perímetro, o túnel vai começar a 10 metros, a boca do túnel vai começar a 10 metros do fim do alinhamento. E ele percorre essa

área toda fora do alinhamento. Ninguém falou isso, e isso é contra a operação urbana. E aí ele chega aqui, entra no alinhamento de novo, no perímetro e essa área vermelha, que são as alças de acesso, estão fora do alinhamento. Então, a minha pergunta é a seguinte: Sr. Tião, como é que eles vão pagar um túnel fora do alinhamento com dinheiro do Cepac se não tem dinheiro do Cepac? Primeiro que só tem 720 milhões – só o túnel custa 1,5 bilhão, mais 2 bilhões de moradia são 3,5. Como é que eles vão pagar? Eles vão dizer: “Não, nós vamos vender Cepac”. Ora se em oito anos, vendendo Berrini, vendendo Campo Belo só conseguiam 1,2 bilhão! Então, vai ser uma mágica. O túnel fora do perímetro, os respiros fora do perímetro, as alças completamente fora do perímetro... É uma ilegalidade em cima da outra.

O EIA-RIMA que foi feito não era para esse túnel. O EIA-RIMA que está na Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, com o qual, provavelmente eles vão tentar fazer a licença ambiental, é de um túnel que saía daqui, fazia um arco por aqui, e entrava aqui. Era um túnel de 3.650 metros. Então, o EIA-RIMA que está lá no projeto é de uma outra obra que não tem nada a ver com essa obra aqui.

Excluído: que vai ser

Eu não vou contar as irregularidades do EIA-RIMA porque se não ia precisar de umas três horas, porque foram listadas 102 irregularidades no EIA-RIMA, mas como a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente está com uma ordem de aprovar a licença ambiental prévia, mesmo com 68 irregularidades a serem sanadas, eles vão aprovar.

Agora, existe um EIA-RIMA de 2003 com 14 irregularidades apenas e até hoje não foi cumprido, 14 apenas, entendeu?

Então, gente, é muita coisa, é muito erro para a mesma obra. Volto a dizer: nós queremos a obra... Eu propus em uma audiência que se o túnel começasse um pouco mais para cá, próximo ao alinhamento do córrego – não próximo ao córrego, mas paralelo ao córrego e viesse nesse sentido, que iria desembocar no Jardim Lurdes, ele ia crescer só 300 metros. E aí é que vem a brincadeira, ele crescendo 300 metros o aumento de custo dele era só de 200 milhões mas você iria economizar nas 900 residências mais de um bilhão em

Excluído: n

[desapropriação. Então, me desculpem, eu não entendo essa Matemática...](#)

Então, não entendo essa matemática, desculpem, não entendo. Por que desapropriar casas que vão ter que pagar em custo estimado de um bilhão de reais? Eu estimei, pegando o valor venal, se você mudar o raio do túnel, o alinhamento dele, ele ia aumentar em 200 milhões o custo! Então, que aumente 300, 400, 500 ainda estaria no lucro porque a área que ia sair na Imigrantes é um talude sem ninguém. É uma parte da rodovia que tem canteiro com mais de 50 metros de largura.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. JOSÉ ORLANDO GHEDINI – Eu não estou falando da favela, falo do aterro! Então, o problema é que lá há um talude de 50 metros vazio, aquilo faz parte da área da Dersa. Isso ia acontecer no projeto de 2001. Gente, é muita coisa para um projeto que pode ser melhorado, mas precisa de vontade que não é técnica, é política! Vereadores, estivemos na Secretaria do Verde e Meio Ambiente para aprender o que é licenciamento ambiental. Para terem uma ideia, lá há técnicos revoltados com a obrigação de ter que colocar o nome deles no relatório e têm porque são funcionários.

Existem mais alguns comentários, quero deixar claro que a nossa área tem mais de 50 anos, é extremamente urbanizada, tem de tudo. Não é largada. A Prefeitura largou, infelizmente, o corpo do córrego, e a operação de 2001 mandava, ela não pede, manda que sejam feitas às moradias. Nada mais do que necessário, não é o Secretário vim aí, como acabou de vim, e falar: não, o novo projeto vai ter melhorias porque vamos fazer moradias para todos. Isso já estava na lei de 2001. Então, aquilo é para quem não conhece a lei. Quem conhece, quem leu a lei, o Secretário não engana. Ele sempre sai mais cedo, sempre tem uma reunião para fazer.

Muito obrigado.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Vamos ouvir o Sr. José Luís Ribeiro.

O SR. JOSÉ LUIZ RIBEIRO – Boa tarde. Sou da CONSABEJA. Puderam perceber realmente o que é a Operação Urbana Água Espreada. Como estamos vindo nesta Casa muitas vezes, moradores estão pedindo até aparte, pela ordem, estão craques, brincadeira! Infelizmente, ouvimos os senhores, mas os senhores não nos escutam, não dão atenção.

Quero falar um pouco que me sinto constrangido com a situação que a cidade de São Paulo está passando. Ouvimos aqui o Claudio Prado que foi um líder, e outros Vereadores presentes que sempre lutam com a gente, o Claudio Fonseca que é excelente, defende os professores... Hoje o que eu estou vendo é que a cidade de São Paulo está voltando, a Dona Elizabeth França não está presente, mas vou esperar ela voltar. As minhas perguntas são mais para ela, para a comunidade. Inclusive, Presidente, queria autorização para que quando fizesse as perguntas ela pudesse responder para eu poder ter uma linha de raciocínio.

Infelizmente, em São Paulo a situação é assim, o que a Sehab está fazendo, já ficou muitos anos lá atrás o nazismo, que o Hitler pegava os judeus, numerava a casa, tirava a foto das pessoas e dizia que ali iam sair. Isso foi na época do nazismo, mas hoje em São Paulo está acontecendo isso. Está virando, as pessoas da nossa comunidade estão sendo marcadas por número. Viram pelo cartão apresentado pegando a família toda e tirando fotografia em frente da moradia para dizer que a pessoa está ali e que, ao mesmo tempo, vai sair.

Na lei da Operação Urbana não fala se o cheque-aluguel de 300 reais é obrigatório. Quem garante esse cheque-aluguel? Existe alguma garantia que o pessoal vai receber esse valor até a sua propriedade aparecer, o direito de moradia deles? Eu acho que não.

Afirmo para a Rosa – e eu sempre brigo com ela – eu canso de pedir, se os 45 lotes que apareceram a Prefeitura já comprou? É isso que eu sempre escuto “tomando as providências”, e eu queria uma resposta concreta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Por favor, responda.

A SRA. ELIZABETH FRANÇA – Por gentileza, vou pedir ajuda para a São Paulo Obras na pessoa do Luís Carlos e do João Leopoldo. Em relação às áreas decretadas como de

interesse social em que etapa estamos da desapropriação? Ou seja, o decreto já foi publicado em novembro de 2009, é um primeiro passo na desapropriação, elas foram decretadas como de interesse social. Na ocasião foram decretadas 45 áreas, uma delas deixada de lado porque era escola. De lá para cá decretamos mais três, totalizando 48. Por gentileza, pode sinalizar com aceno, estamos ou não realizando os processos expropriatórios de todas as áreas? (Pausa) Quando teremos reunião com DESAP se todos os quesitos de avaliação dessas áreas, mesmo os técnicos, já para poder preparar uma ação eventual se não houver acordo com os proprietários na Justiça? Quando vai ter reunião nesta semana?

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. ELIZABETH FRANÇA – Quarta-feira! Então, eu acho que essa questão, pelo menos, deixei esclarecida.

O SR. JOSÉ LUIZ RIBEIRO – Presidente, a conversa é sempre a mesma, na última audiência aconteceu o mesmo. Infelizmente, o Plano Diretor nos garante o direito de a Prefeitura, a partir de quando for desapropriar ou re-alocar tem que ter os terrenos definidos. Na realidade, a única coisa feita foi o decreto e não houve resposta. Quando falam de audiência pública, que o pessoal está cansado, está cansado disso. A gente não tem uma definição. Gostaria de ver com a Dona Elizabeth França, que ela me respondesse claramente, na Lei da Operação Urbana de 2001, quero saber quantas casas foram construídas até hoje? A senhora poderia nos responder?

A SRA. ELIZABETH FRANÇA – No âmbito da Operação Urbana Água Espraiada nós licitamos 800 e estamos construindo...

O SR. JOSÉ LUIZ RIBEIRO – Eu perguntei quantas foram construídas... Até agora não foi nada!

A SRA. ELIZABETH FRANÇA – As primeiras construídas, sendo as primeiras 250 no Jardim Edith, as famílias estavam em aluguel; 60 do Jardim Edith que vão para o Estevão...; o Corruíra é já dedicado à segunda parte do Água Espraiada.

O SR. JOSÉ LUIZ RIBEIRO – Presidente, mais uma vez não tive a resposta. Eu perguntei quantas foram construídas...

A SRA. ELIZABETE FRANÇA - Desculpa, José Luís... Você teve a resposta, estão sendo construídas...

O SR. JOSÉ LUIZ RIBEIRO – Então, não foram construídas, estão em licitação, estão em construção.

A SRA. ELIZABETE FRANÇA – Desculpa, não estão em licitação, estão sendo construídas.

O SR. JOSÉ LUIZ RIBEIRO – Então, gostaria que a senhora me respondesse “sim” ou “não”. Se foi construído ou não! A senhora não me respondeu. Mais uma vez Presidente é para verem que não foi respondido. Na realidade, não foi construído. De 2001 para cá não foi construída uma residência sequer. Gostaria de pedir, aproveitando a presença da Comunidade Minas Gerais, que Elizabete França respondesse para ela, Andreia. Posso tomar essa liberdade? Gostaria que você respondesse. Aquela área que está sendo construída no Curruíras, que tem a comunidade da Minas Gerais, vai para quem?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. JOSÉ LUIZ RIBEIRO – Não, eu estou falando que eu gostaria que você comunicasse ao pessoal.

A SRA. ELIZABETE FRANÇA – Todas as famílias que moram nas áreas foram cadastradas. Sete mil serão atingidas pela obra e outras mil que já estão em aluguel, o que perfazem, aproximadamente, 8.100. Então não são 10 mil e nem 20 mil.

Essas famílias foram cadastradas pelas assistentes sociais. Portanto, elas sabem que vai ter intervenção. Por sugestão das assembleias que tivemos com os moradores, ainda em 2009, foi criado o Fórum de Lideranças.

O SR. JOSÉ LUIZ RIBEIRO – Eu fiz o curso lá.

A SRA. ELIZABETE FRANÇA – Pois é, você estava lá. Foi criado um curso para

capacitar as lideranças, que, aliás, estão participando. Pode ser que não estejam todas as lideranças, mas o fórum já está em sua 20ª edição.

O SR. JOSÉ LUIZ RIBEIRO – Não, não tem.

A SRA. ELIZABETE FRANÇA – Sim, mas o Fórum é aberto. A Prefeitura está lá.

O SR. JOSÉ LUIZ RIBEIRO – Foi tão aberto que eu e um dos advogados, o Sr. Marco Antônio, fomos proibidos de entrar.

A SRA. ELIZABETE FRANÇA – Tem um sábado por mês em que ele é aberto, e as lideranças das favelas podem participar.

O SR. JOSÉ LUIZ RIBEIRO – Sou Vice-Presidente do CONSABEJA – Conselho Municipal dos Moradores do Bairro do Jabaquara; e fiz o curso de líder. Se está aberto, posso fazer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Por favor, vamos esperar ela terminar a resposta.

A SRA. ELIZABETE FRANÇA – Os critérios de ocupação dos prédios serão definidos nesse Fórum. Então são as pessoas mais antigas, as famílias com o maior número de filhos. Há famílias que moram há 30, 40 anos nas favelas, ao passo que há outras que moram há um ano. O Fórum está discutindo esses aspectos. Os critérios serão estabelecidos com base no Fórum, pelas lideranças e pela população dos que serão atendidos. Então acho que está muito claro.

O SR. JOSÉ LUIZ RIBEIRO – Eu espero que nada aconteça com certas lideranças, que já estão sofrendo, inclusive, com o próprio pessoal de dentro da comunidade, da qual eu faço parte também – não moro na comunidade carente, mas faço parte do Jabaquara há 54 anos e lá fui criado. E sei que tanto na Rocinha como em outros lugares, as lideranças já estão sendo até ameaçadas porque não levam informações definitivas. A Sehab proíbe. A Favela Alba... E vários locais não têm a resposta relacionada à moradia. Infelizmente é isso, Elizabete. Acontece isso aí. Hoje, o Fórum de Lideranças começou com 34 e terminou com 11.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. JOSÉ LUIZ RIBEIRO – Quantas? Dezesete? Quero aproveitar e pedir um pouco se eu posso avisar os Srs. Vereadores. Sr. Claudio, V.Exa. fala que a gente é prepotente. Quero dizer que eu acredito que nós também tivemos muito respeito dentro desta Casa, inclusive mesmo tendo Vereadores que apontaram o dedo para a gente aqui. (Palmas) Então acho que, em primeiro lugar, os senhores têm que dar moral para a gente respeitar vocês, coisas que os senhores não fizeram, principalmente o senhor, chamando o rapaz de prepotente.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. JOSÉ LUIZ RIBEIRO – Não, o senhor também é. Infelizmente o senhor também é. E o senhor acabou de falar que é subordinado do Prefeito. O senhor foi eleito pelo voto do povo e não pelo Prefeito de São Paulo. Era só isso que eu gostaria de falar. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Tem a palavra o nobre Vereador Claudio Fonseca, citado. Aproveito para cumprimentar a Vereadora Sandra Tadeu e o nobre Vereador Claudio Prado.

O SR. CLAUDIO FONSECA – O Sr. José Luiz acaba de afirmar que eu sou subordinado do Prefeito. Não, senhor.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. CLAUDIO FONSECA – Os senhores também conseguem ouvir, ou apenas têm o dom de falar?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. CLAUDIO FONSECA - Eu não falei absolutamente

- Manifestação fora do microfone.

O SR. CLAUDIO FONSECA - Eu falei que sou subordinado ao Prefeito?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. CLAUDIO FONSECA - Gente, alguém ouviu essa afirmação aqui?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. CLAUDIO FONSECA - Só o senhor.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. CLAUDIO FONSECA - Meu querido, você está totalmente enganado. Talvez você esteja motivado para ouvir isso. Mas eu disse exatamente o contrário.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. CLAUDIO FONSECA - Por favor, Sr. José Luiz, o respeito que o senhor falou e que os outros falaram. Para mim foi de muita valia o que ouvi.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. CLAUDIO FONSECA - Se você parte do princípio de que os senhores são detentores da verdade, um vem aqui e diz que essa audiência não vale para nada. Outro vem e diz que já sabe que tudo está consolidado.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. CLAUDIO FONSECA - Eu vou dizer assim: eu nunca ... por favor, ...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Ouvimos atentamente, Sr. Joé Luiz ...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) - Por favor, José Luiz, nós o ouvimos atentamente, vamos ouvir o Vereador Claudio Fonseca, em seguida a Lucila Lacreata fará uso de uma cessão de tempo.

O SR. CLAUDIO FONSECA - Os senhores disseram aqui – não estou questionando, procurem o Vereador que pensem que é melhor procurar. Individualmente, nunca fui procurado pelos senhores, me interesse pela matéria, mas jamais qualquer um desses movimentos foi ao meu gabinete.

Pode ser que alguns considerem assim “Olha, mas ele representa o setor da educação, isso aqui é uma obra de urbanismo, talvez ele não tenha interesse pela matéria”.

Jamais fui procurado por qualquer um dos senhores. Nem por isso ...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. CLAUDIO FONSECA - Por favor, querido. Ainda que não tenha sido procurado, como tantos outros Vereadores da Casa, temos de nos interessar por todos os temas. Não sou Vereador monotemático e não vim para pensar só em soluções para um espaço territorial da Cidade. Afeta os moradores do Jabaquara? Então afeta a Cidade. E me interesse por todas as matérias.

Quando falei para ele, diretamente, que é um exercício de arrogância, porque ele dizia assim: “Agora sei que o senhor mudará o seu voto.” É uma intuição, uma premonição, para quem afirmou tanto. Estou ouvindo. É importante tê-lo ouvido, respeito. Jamais me dirigi de forma desrespeitosa a qualquer um de vocês ...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. CLAUDIO FONSECA - Mas eu não fiz, querido, então não aponte para mim isto. Sim, mas ele fez. Acabou de fazer agora.

De qualquer maneira, penso que é importante a audiência pública, ouvi todos de forma respeitosa, foram feitas indicações que, se não resolvem todo o problema, mas vão na direção de quem está sensibilizado.

O Vereador Paulo Frange disse: “Olha, cobramos da Secretaria que apresente soluções quanto à questão dos precatórios.” Você disse: “Eu não estou preocupado com precatório.”

- Manifestação fora do microfone.

O SR. CLAUDIO FONSECA - Eu também. Mas creio que é importante tudo isso.

Mas há que se considerar que muitas pessoas estão preocupadas sim se forem desapropriadas e não só para aquela intervenção urbana, mas para outras que venham a ser realizadas na Cidade, que é a questão da desapropriação e a emissão de precatórios é um problema relevante.

Cumprimento o Vereador Paulo Frange que disse: “Olha, estamos pedindo para a Secretaria encaminhar. Se não encaminhar, vamos apresentar medida para alterar o projeto nesse aspecto”. Se fosse imutável, qualquer coisa, ninguém está ouvindo nada, creio que o Vereador Paulo Frange não teria feito essa indicação. Creio que nós, Vereadores, não temos procurado os técnicos da Secretaria e trazer também o procurador, para dizer que não basta mudar somente o PL 25 porque está acomodado em face das desapropriações feitas diretamente. Como é indireta, a lei também tem de respeitar isso. Tem de fazer alteração no decreto. Está dando caminhos e penso que isso é resultado do debate que foi realizado.

Aqui mesmo, o contraditório aparece e os conflitos também aparecem. Quando o senhor vem falar, as pessoas no fundo tiveram uma reação. Uma disse assim: “Está bom, o túnel vai ter uma saída, porque lá tem um talude. Mas tem gente também”.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. CLAUDIO FONSECA - Por favor, estou à disposição para conversar sempre que me procurarem. Não tenho nenhum problema quanto a isso. Ela disse: “Favelado também é gente.” Conflito também se manifesta aqui.

Então, para não estender muito, audiência pública, no geral, é para o público falar. A minha intenção não era ocupar tanto espaço, porque eu, particularmente, queria ouvir todos.

Quanto ao José Luiz, você se enganou na minha afirmação, não sou subordinado a quem quer que seja.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – O Vereador Claudio Fonseca tem uma característica na Casa que realmente toda todas as posições com absoluta convicção. É uma pessoa que tem esse perfil. Já pagou caro por isso. Eu estava aqui na época que ele teve problemas, inclusive, partidários, não pode disputar uma eleição por uma convicção que tinha e teve o mandato literalmente cassado de forma branca.

Pode ter acontecido, com certeza, algum mal entendido, ouviremos essa fala, com

certeza não é bem assim.

Dra. Lucila Lacreata tem a cessão de tempo de um dos moradores.

A SRA. LUCILA LACREATA – Boa tarde a todos, ressalto que tudo o que se falou nesta mesa foi relativo à Operação Urbana. Porque o PL 25/11, em que pese pareça ser um projeto de melhoramento viário, não é. Porque altera significativamente o projeto que foi aprovado em 2001 da Operação Urbana Água Espraiada. Dessa forma, deveria ser tratado sob o risco de ser cometida uma irregularidade, uma inconstitucionalidade. Inclusive, as próprias prerrogativas estabelecidas pelo Estatuto da Cidade que obriga a se fazer o EIA/RIMA, não foi feito.

A forma como esse PL foi mandado para cá, inclusive por tudo o que foi dito, é eivado de irregularidades. Os senhores estão nos obrigado a recorrer ao Judiciário para ter um direito mínimo garantido.

Apelo ao bom senso dos senhores. Não foi dito o quanto as obras custarão, quanto a Operação Urbana vai gastar, nem quanto o orçamento da Prefeitura vai gastar em relação a isso. Os impactos não foram medidos. Há um problema sério na licitação do túnel, que foi licitado outro túnel, não esse. Enfim, parece-me totalmente descabido e um ato de improbidade administrativa que esta Casa vote este projeto de lei da forma como está.

Lembrando, que além de tudo, há o projeto do monotrilho, que vai passar no meio da Av. Água Espraiada e nem sequer foi mencionado. O suposto pretexto de que seria um projeto que considera as questões ambientais não é verdade, porque o impacto do monotrilho que, inclusive, estará situado no meio do Córrego da Água Espraiada, é um impacto brutal e toda a matemática, a equação financeira da Operação Urbana será alterada com esse monotrilho.

Então, como eu esta Casa pode votar o Projeto de Lei 25/11, com tantas irregularidades, tantos senões e sem domínio do que, realmente, vai acontecer.

Pergunto: a quem serve esse projeto de lei?

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) - Passarei a palavra para o Jorge, eu tem cessão de tempo de uma pessoa e o seu próprio.

O SR. JORGE – Boa tarde, esta audiência é da Comissão de Política Urbana, então, teoricamente, serviria para discutir a conveniência, a oportunidade e o mérito da obra. Afirmo, categoricamente, que esse projeto de lei é contrário ao interesse público.

O Vereador Claudio Fonseca falou que a maioria disse que é contra o túnel, mas a favor a operação urbana. Sou contra operações urbanas em geral, contra esse projeto e contra o túnel.

Algo que me impressionou foi que a grande maioria das pessoas que se inscreveram para falar, praticamente todos, falaram contra o túnel. Mesmo assim, a Câmara Municipal vota a favor desse projeto? Isso para mim é algo que não dá para entender. (Palmas)

Mas, pelo menos, no dia de hoje, não foram as empreiteiras que prevaleceram, mas, sim, o povo que falou – pelo menos hoje.

Tinha dito que esse projeto é contrário e mesmo lesivo ao interesse público. No último sábado, recebi dois urbanistas norte-americanos que vieram estudar a cidade de São Paulo, porque estão escrevendo um livro sobre cidades globais, sobre urbanismo no mundo inteiro.

Expliquei-lhes o projeto da Água Espriada, a venda do Quarteirão da Cultura e a Nova Luz. Eles me disseram: “Desculpem-nos, mas o que você falou é inacreditável; deve estar enganado; deve haver algum erro; isso não pode estar acontecendo numa cidade importante como São Paulo”. Só faltou me chamarem mentiroso, porque eles não acreditam que isso possa ocorrer numa cidade, teoricamente democrática, e do porte de São Paulo, porque, nos países desenvolvidos e democráticos, esse tipo de obra como o túnel do Água Espriada não é feito há 30 ou 40 anos.

Esse tipo de obra é considerado totalmente prejudicial ao interesse público. Isso

porque obras viárias, voltadas para o automóvel, não resolvem o problema do trânsito nem da Cidade. Isso está comprovado.

Há um Urbanista norte-americano chamado Andres Duany que diz o seguinte: “Obras viárias para melhorarem o trânsito ou o congestionamento é o mesmo que querer resolver o problema da obesidade comprando um cinto maior”. É exatamente isto que acontece: só aumenta o trânsito.

Vejam o caso da ampliação da Marginal do Rio Tietê que nesta Casa foi discutida. Falei, na frente do Secretário Eduardo Jorge, que esse projeto era uma loucura e, agora, ficou demonstrado porque a Marginal está mais congestionada que antes. Ou seja, obras viárias voltadas para o automóvel são inúteis; altamente dispendiosas e têm um impacto terrível na Cidade.

Hoje em dia, nos países desenvolvidos, Srs. Vereadores, se discute VLT, metrô e até bonde. Agora, obra para carro é uma coisa que está totalmente descartada até nos Estados Unidos, terra do automóvel. (Palmas)

Além do mais, esse túnel não ajudará o trânsito a fluir porque, com o Rodoanel, desafogou-se o trânsito da Avenida dos Bandeirantes. Para que fazer mais uma obra viária ligando a Marginal com a Imigrantes, se já há duas avenidas paralelas do lado da Água Espraiada? Qual o sentido da construção de mais um túnel bilionário que não resolverá nada e que, logo estará congestionado também? (Palmas) Não tem o menor sentido.

Queria falar um pouco do custo humano desta obra, porque ouvimos aqui depoimentos emocionados de moradores que estão angustiados, que estão passando por um verdadeiro massacre, uma tortura psicológica. É um tormento. Fiquei sensibilizado com as palavras de várias dessas pessoas e fico me perguntando: os Vereadores que votaram a favor desse projeto, do que é feito o coração deles, de que material? Será que é de pedra? Será que é de ferro? Será que é aço ou chumbo? Para não sentirem a angústia desses moradores? Qualquer cidadão comum – com todo respeito, Srs. Vereadores que votaram a favor dessa

obra – sentiria essa angústia e compreenderia o drama humano enorme provocado por essa obra, em troca de um benefício, no mínimo, duvidoso.

Bem, estamos organizando uma grande frente de movimentos, porque a Cidade inteira está sofrendo com projetos desvairados como esse da Água Espraiada; é a Operação Urbana Água Branca; Quarteirão da Cultura do Itaim; o Nova Luz; o Piritubão e tudo o mais. A Cidade está sendo invadida por esses projetos absurdos.

Estamos organizando uma frente, composta pelo pessoal do SOS Água Branca; SOS Itaim e de outros vários bairros. A ideia é que cada movimento se ajude mutuamente, bem como a de esclarecer os moradores de cada bairro. Por exemplo: os moradores da região da Água Branca devem esclarecer as outras pessoas para não votarem nos moradores da região e que estão votando a favor da Operação Urbana Água Espraiada, bem como os moradores da região do Jabaquara não devem votar em Vereadores que estão a favor de projetos como o da Operação Urbana Água Branca.

Vereador Paulo Frange, gostaria de fazer um pedido. Neste ano, ouvi o senhor falar com muita eloquência, até com brilhantismo, contra a Operação Urbana Água Branca e contra as Operações Urbanas em geral.

Sr. Vereador Paulo Frange, peço que, em nome da coerência – já que se pronunciou com tanta ênfase contra as Operações Urbanas -, que vote contra esse projeto insano da Prefeitura, esse projeto louco, insano, inútil e inconsequente da Prefeitura. (Palmas)

Só mais uma coisa: Vereador Claudio Fonseca, eu tinha o maior respeito pelo senhor, porque, na época da reeleição daquele ex-Presidente da Câmara, foi o único que não votou a favor dele. Isso, para mim, foi uma mostra de grande coragem. Mas confesso que, neste momento, estou bastante decepcionado com V.Exa., com todo respeito. (Palmas) Quando foi inquerido sobre se tinha comparecido à região da Água Espraiada, para conhecer melhor a obra – perdoe-me se estiver enganado -, V.Exa. falou que isso não vinha ao caso. Pausa)

- Manifestação fora do microfone.

O SR. JORGE - Mas o senhor foi? Conheceu a obra?

Mas, Vereador Claudio Fonseca, faça-me um favor: estude melhor o impacto dessa obra; os eventuais benefícios dela – que não existem.

Aliás, estou disposto a discutí-lo com qualquer técnico da Prefeitura ou qualquer Urbanista independente, não ligado ao Governo, esse falará contra esse tipo de projeto – garanto a vocês.

Peço aos Srs. Vereadores que estudem melhor essa lei e que vejam com carinho a situação dramática dessas pessoas que vão perder o esforço de uma vida inteira, suas casas, suas comunidades, o bairro onde moram, por favor. (Palmas) É o apelo de um cidadão que nem mora no local, mas que está extremamente sensibilizado com essa questão dramática desses moradores. (Palmas)

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Passo esta presidência ao Vereador Tião Farias.

Tem a palavra o Sr. Mauro Alves Silva.

- Assume a presidência o Sr. Tião Farias.

O SR. MAURO ALVES SILVA - Boa tarde, Vereador Paulo Frange e Tião Farias.

Gostaria que mostrassem o vídeo que deveria ter sido o primeiro, desta audiência porque as pessoas não conhecem o local da Operação.

- O Sr. Mauro Alves Silva passa a se referir às imagens do audiovisual.

Esse vídeo da EMURB é oficial e já foi divulgado. Inclusive, mostra o túnel de 3,8 km. Ele está sem som, mas serve para que tenham uma ideia do tamanho da Operação.

Essa é a Ponte Estaiada. Para quem não sabe, essa ponte foi orçada em 70 milhões. A licitação foi feita em torno de 140 milhões, e a ponte incompleta foi entregue por mais de 300 milhões.

No pé daquela ponte, tem o Jardim Edite, no qual não foi construída uma única moradia popular até hoje.

Esse verde, que estão vendo avançar, está destruindo moradias. Essa área ainda não chegou na área do Piscinão do Jabaquara.

A nossa preocupação, dos moradores do Jabaquara. Primeiro porque não é uma questão do Jabaquara. A operação urbana Água Espreada vai desde a Chucri Zaidan, lá de Pinheiros, vai até a divisa de Diadema, pega uma parte de Americanópolis. Eu gostaria até que os Vereadores prestassem atenção em uma coisa: quando a gente fala que tem 20 mil famílias em áreas precárias, incluímos todas a área de Água Espreada, inclusive Americanópolis. A Secretaria de Habitação só está contando as famílias que serão afetadas diretamente pela obra do túnel e da avenida, e esquecendo completamente a região de Americanópolis. Quem é da zona Sul conhece aquela região. Há várias áreas precárias e a operação urbana obriga que seja feita a reorganização de toda a região, inclusive com parâmetros urbanísticos.

Esse daí já é o piscinão que já existe. Essas áreas verdes estão sendo anexadas, são mais desapropriações.

Queria chamar a atenção para uma coisa: o próprio vídeo fala em 10 mil moradias. A Secretaria de Habitação está contando família desde 2001 e sempre chega a 7 mil, 8.500 famílias, mas não conta com o pessoal de Americanópolis.

Esse daí já é o parque onde começa o Parque Chuvisco e vai avançando.

Outra questão para a qual queria chamar a atenção do Vereador Paulo Frange, que é da região, e já foi da Água Branca: essa operação está seguindo o mesmo caminho da Água Branca, da Faria Lima. Só estão preocupados com a obra, com pontes e viadutos.

Esse é o famoso túnel. Reparem o seguinte: não passa ônibus, não passa caminhão, não tem transporte público. Não tem metrô, não tem nada disso. O curioso desse túnel é que ele também vai permitir uma possibilidade de ser pedagiado no futuro. O pessoal está esquecendo isso. É um detalhe importante.

Toda vez que mostra essa área, olhem a quantidade de moradias que estão saindo, e reparem que não são favelas, não são comunidades carentes. Eles estão ampliando isso daí. Há favelas, mas muitas ficam a 15, 30 metros do córrego.

Comentário fora do microfone.

O SR. JORGE– Não, as favelas deveriam ficar próximas da região. Estou dizendo que ali eles ampliaram em demasia. Antes era pegar um quarteirão, estão pegando dois, três. Qual o problema disso daí? Toda essa área é particular. Não é pública. Então, a lei federal, o código florestal de 67 já obriga que nessas regiões não haja construção. Então, a Prefeitura não precisaria desapropriar. Ela poderia exercer o seu papel de fiscalização e até incentivar os moradores para ter uma margem de 15 a 30 metros de área verde sem desapropriar. Basta ela incentivar o próprio morador. As comunidades de favelas, sim, deveriam ser retiradas para regiões próximas.

—
Aí entra aquela situação: na cidade inteira de São Paulo, pedimos para construir um equipamento público e o pessoal diz que não local de moradia, não tem áreas públicas. Só que, nesse caso, quanto eles vão gastar só de desapropriação desnecessária?

Queria chamar a atenção do Vereador Claudio Fonseca para o seguinte: a questão do parque é importante, só que parque linear a gente não cria em área urbanizada. (Palmas). Se você fizer a 15, 30 metros, concordo. Se você ampliar dois ou três quarteirões, vai aparecer aquele projeto absurdo que queriam fazer no parque Dom Pedro em que iriam desapropriar 50 mil imóveis para construir uma torre de 300 metros. Foi um absurdo e foi depois derrubado aqui na Casa. Mas parece o equivalente a isso.

Outra coisa, a questão das desapropriações. Essa questão do precatório é espantoso. Não existe esse precatório. A Constituição Federal acabou com o precatório. Indenização de moradia tem de ser prévia e em dinheiro. Acabou. Toda vez que subir alguém para falar em precatório, ele está enganando vocês, está desviando, enrolando.

O que acontece de fato? O Estatuto da Cidade diz que a base de avaliação do

imóvel é o valor do IPTU. É o artigo 8º, parágrafo segundo: “O valor da indenização refletirá o valor base de cálculo do IPTU, não computará expectativas de ganhos, lucros cessantes e juros compensatórios”. Por que menciono isso? Porque 85%, 90% da cidade de São Paulo são irregulares. Então, a Prefeitura não paga puxadinho. O imóvel no IPTU está registrado 100 metros quadrados, mas você tem uma casa de 200, 300 metros. Sabe o que a Prefeitura pode fazer dentro da lei? Ela vai lá, multa você, obriga você a demolir aquela parte e, quando faz a desapropriação, desconto do valor a sua multa. Então, tem gente que pode ficar devendo. É desapropriado e pode ficar devendo. Isso tem de ficar bem claro para os moradores.

Outra coisa para lembrar questões básicas. Quem precisa de um túnel de 3 bilhões? Alguém acredita que esse túnel vai sair por 1,5 bilhão? A ponte era 70 milhões, saiu por 300 e não terminaram. Está vendo, Tião Farias? É para isso que estamos chamando a atenção dos Vereadores que entraram agora e não acompanharam.

Para concluir, a Lei 13.260 fala em um túnel de 400 metros, que custaria por volta de 500 milhões, um pouco mais. Em dez anos arrecadaram 1,2 bilhão, construíram uma ponte de 300 milhões e não construíram uma única moradia popular nesse período. A Emurb pagou 35 milhões para um novo projeto do túnel, aquele túnel que só passa veículo particular, pagou 22 milhões para um parque, que vai desalojar talvez mais de 10, 15 mil famílias. Esse vídeo fala do túnel. Nobre Vereador, queria que vocês pegassem esse vídeo da Emurb e reparem que falam duas ou três vezes em atender ao interesse imobiliário os novos projetos. Por isso que não é divulgado para a população.

Outra coisa: ninguém está cadastrando os moradores da região de Americanópolis. O projeto de 2001 fala em toda reurbanização. O pessoal da região do Itaim Bibi, não sei, aquela região do Parque Cordeiro, aqueles lugares lá, vocês veem esses viadutos, mas eles não falam do canteiro de obra, que desapropria, e das alças de acesso. Então, é muito fácil pensar que muda de uma rua para outra e não haver desapropriação. Vai haver.

Por último, queria fazer um discurso político mesmo. O que está em jogo aqui não é

a questão do túnel, mas sim uma obra de 3 milhões, que vai comprometer talvez 10, 15, 20 anos de toda a Cidade de São Paulo, e também as eleições do ano seguinte, 2012. Esta Câmara, o vereador e outros políticos, muitos foram eleitos com o apoio de uma entidade ilegal, AIB, que investiu 30 milhões, ilegalmente, na campanha de alguns Vereadores. Não estou dizendo que o Vereador ficou subordinado àquele apoio, mas foi apoiado. Eu não tirei um centavo do bolso para apoiar nenhum vereador. Então, não me sinto representado nesta Casa.

Agora, o que vai acontecer com essa obra de 3 bilhões...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) - -Você me desculpe, mas essa afirmação é leviana. Já foi julgado na Justiça, não tem ninguém aqui *sub judice*. Essa opinião é absolutamente, sua. Estou falando no nome de todos os Vereadores, inclusive no meu.

A Associação foi tida como legítima, doação legítima, e as contas julgadas, já resolvidas, não há pendência judicial nesse assunto. Então, da forma como o senhor coloca, daqui a pouco isso sai repicando na Cidade de novo. Demorou muito tempo para que todo mundo entendesse. Esse assunto está absolutamente fora da discussão aqui. E não tem A e B não. O senhor está falando na Câmara Municipal de São Paulo, com gente decente. Quando o senhor ainda era jovem, eu fui médico nessa região aqui por 8 anos. Tanto é que de 1978 a 1986 ganhei um padrinho de casamento aqui, e o senhor deve ter conhecido, Remídio Remo, da Loja Remo, lá do Jabaquara. Eu fiquei oito anos na Avenida Santa Catarina, cardiologista, atendendo de graça, nem pelo SUS era. Então, aqui tem gente decente. Eu participei da discussão da AIB, não estou *sub judice* e não sou subordinado a nenhuma empresa. Aliás, desconheço todas elas.

A forma como coloca é perigoso, porque mistura uma situação com outra. Estamos tentando trabalhar aqui dentro do maior processo democrático e justo possível, mas não pode se cometer a injustiça de acusar que todos nós que estamos trabalhando para AIB. AIB não trabalha com esse tipo de obra. Então, nenhum aqui, acredito, está envolvido nessa discussão. Até porque isso já foi julgado. E mais de uma vez. Leviana foi a forma como trataram a gente

em uma situação de cota já julgada pelo TER. Essa, sim, foi uma leviandade que não tem tamanho. Agora, a forma como está sendo colocada, cuidado, porque daqui a pouco não teremos uma relação de diálogo. O senhor está colocando afirmações importantes. Essa situação não pode ficar assim. Gosto de trabalhar com a área da operação urbana. Esse nosso debate leva muito tempo. Meu sonho é ter uma única frase, na operação urbana, que estabelece uma relação entre cronograma da operação e cronograma de implantação de ISS. Gostaríamos de colocar o que estamos tratando com o Governo. Essa é uma questão séria. A habitação de interesse social não acompanha a velocidade. Não quero misturar uma coisa com a outra.

O senhor me desculpa por eu ficar chateado. Temos famílias e pessoas aqui que conhecem o nosso trabalho, dos Vereadores. De repente, podem nos misturar numa salada que não tem nada a ver. Esse assunto não está nesse tipo de debate aqui. Não vamos permitir isso aqui e não tratar dele. Em qualquer outro fórum, podemos ir, em TV ou rádio, para discutirmos esse assunto. Estamos tratando aqui um assunto da maior importância. Aqui não há A nem B.

(NÃO IDENTIFICADO) – Nobre Vereador, fiz uma afirmação. Não é por que a empresa apoiou candidatura do Vereador que S.Exa. está subordinado. Muito moradores daqui não deram um centavo para campanha de nenhum vereador. Esse projeto permite que empresas que sejam contratadas com orçamento público municipal de 3 bilhões doem, inclusive, legalmente, 2% de seu faturamento. Isso daria algo em torno de 60 milhões. Fica difícil tentarmos convencer um vereador que seja governista ou oposicionista de uma demanda nossa, sendo que aí haverá um incentivo até legal - embora eu considere imoral - de 60 milhões. (Palmas)

Estou fazendo um apelo para as pessoas prestarem atenção nessa situação. A questão da A e B aconteceu, foi julgado e foi decidido de uma forma. Agora haverá 60 milhões, em jogo, para campanhas leis, e a população está totalmente alijada. Faço um apelo. Parece

que até mesmo velhos comunistas adotaram o partido do cifrão.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Tem a palavra o Sr. Gerôncio.

O SR. GERÔNCIO – Boa tarde a todos. Sou representante do conselho gestor da Operação urbana Água Espreada, que, praticamente, existe na prática; na teoria, não; porque, quanto a todo o projeto feito na Emurb, na reunião do conselho, nada acontece. Fazem projetos, mas não vale mais nada, porque vem de cima para baixo. Vale o que os técnicos. O que o conselho decide resolve nada. Inclusive, houve uma reunião no dia 22 de março. Até hoje, ninguém tem direito ao acesso à ata da reunião, feita, com revisão. O é prejudicial à Prefeitura e à Secretaria não é divulgado. O que é falado lá não é colocado na ata. Esse documento sai das mãos de dez ou doze para ser concluída, e demora de três a quatro meses para vir para as mãos dos conselheiros. Haverá outra reunião do conselho e ninguém sabe o que aconteceu na ata anterior.

Estou aqui também representando os moradores das favelas da Água Espreada. Aliás, sou representante da União do Movimento de Moradia, com direito de representar todas as favelas da Operação urbana Água Espreada, que vive de forma subumana. Não é digna a moradia daquele pessoal, convivendo com esgotos e ratos. Crianças são mordidas por ratos, e, até hoje, desde 2001, quando foi aprovada a operação urbana, não foi construída uma única unidade para aquelas pessoas. (Palmas)

Quando a operação urbana foi aprovada, o Sr. Paulo Frange era Vereador. Isso ocorreu para serem assentados oito mil famílias dentro do perímetro da operação urbana. Hoje, depois de passados dez anos, a Secretaria oferece quatro mil unidades. E o restante? Hoje deveria haver doze mil e não oito. Querem colocar um grande número para o CDHU, que tem muito dinheiro para aplicar no Estado de São Paulo. Deveria ser aplicado o dinheiro da operação urbana para assentar famílias da operação urbana dentro de seu perímetro, sem precisar do CDHU, que tem outras prioridades e outros locais para colocar moradias. Vão

colocar 4 mil unidades dentro do perímetro. E o restante será colocado onde? Não foi explicado onde essas famílias serão colocadas. Onde eles estão? A operação urbana tinha 400 metros de túneis. Hoje conta com 2.400. Não há necessidade que sejam desapropriados 1.300 moradores da Operação urbana Água Espraiada. Vamos resistir, para que, no mínimo, 500 pessoas não sejam desapropriadas. Há locais que precisam ser desapropriados, porque senão a obra não é realizada, o parque linear não é realizado e nem o túnel, com quase 400 metros. Façam as obras, mas beneficiem parte de todos os proprietários daquela área, e que não fiquem sem as suas casas.

Se é para assentarem 8 mil famílias, hoje estão tirando 1.300 da região, do perímetro. Estou falando de moradores que moram lá há mais de 50 anos. Vão deixar aquela área, para que seja desapropriada e seja feito um parque linear, um monotrilha. A operação urbana está dando 500 milhões para o monotrilha, mas se esquecem de assentarem famílias da Operação urbana Água Espraiada.

Eram para ser expulsos todos os moradores do Jardim Edite, recebendo 5 mil e 8 mil reais. Não era para morarem lá, porque o Sr. Secretário falou aqui, numa audiência pública, que, no Jardim Edite, não era para haver moradias de interesse social. Por quê? Porque já há um interesse imobiliário. Realizamos duas audiências com o juiz, para ser feito o projeto do Jardim Edite, que foi mudado duas vezes. Hoje a Prefeitura tem dez dias de prazo a partir do dia 15 de maio, perante ao juiz, para detalhar o que será feito na área do Jardim Edite. Foi feito um acordo com a Justiça e outro, paralelo com moradores vizinhos, que não queriam que fossem usados 3.500 metros, numa área dentro da ZEIS, para serem feitos assentamentos para família do Jardim Edite.

Por isso, Sr. Presidente, faço um pedido para todos os Vereadores. Não aprovem esse PL 25, para benefício de toda a cidade de São Paulo e todos os moradores próprios de suas moradias na Água Espraiada.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Tem a palavra o Sr. Fábio.

O SR. FÁBIO – A discussão foi muito benéfica e talvez mude votos importantes aqui, porque há apresentações exemplares de arquitetos, engenheiros e população. Isso vai fazer com que a situação mude.

Saúdo os Vereadores Carlos Apolinario e Sandra Tadeu e o Sr. Léo.

O Sr. Gerônimo, figura histórica da nossa cidade, lembrou-se de que havia uma ZEI em Pinheiros, chamada de Jaba Coelho, que desapareceu em 2005. Estou falando do código 009-pi(?) Está, no Plano Diretor, e desapareceu, repito. Infelizmente, cometem-se irregularidades com o Estatuto da Cidade e Plano Diretor. O Jardim Edite ia para esse mesmo caminho, mas pela nossa luta, no orçamento participativo, isso está mantido, e tomara que isso ocorra de uma forma muito honesta.

Rogo também um apoio. Deveriam estar hoje presentes pessoas para falarem, porque assinaram a lei de 2001, de três figuras importantes da República. Estou falando dos Srs. Fernando Hadad, Secretaria Municipal de Educação; que era Secretário Interino da Finanças. S.Exa. assinou a lei; Paulo Teixeira, hoje deputado federal Líder do PT, e ex-Secretário da Habitação; e Ruy Falcão, Presidente do PT, na época, Secretário Municipal. Essas pessoas têm o dever de virem aqui e nos ajudarem nessa luta, porque estão mudando uma lei aprovada, em 2001, que foi sancionada. Essas três figuras, pela sua importância hoje, na República, devem vir aqui, a público, ajudarem-nos para que a Câmara não cometa esse desatino de aprovar o PL 25/11.

Peço ajuda dos conselhos municipais, eleitos pela população. Estou falando dos Conselhos Municipais de Habitação; de Política Urbana, do Meio Ambiente, o Cades; e do Idoso, pelas irregularidades contra idosos. Tais conselho têm de vir aqui nos ajudarem. Não é possível elegermos pessoas e alguns cidadãos serem abandonados aqui. Peço a participação desses quatro conselhos.

Quero responsabilizar que nunca vêm essas pessoas. Cito a Caixa Econômica

Federal e o Banco do Brasil Investimentos. Essas instalações federais têm o dever de virem aqui. Elas vêm desse PAC(?) Assinam relatórios irregulares. Se, em dez anos, não construíram uma moradia, (ininteligível) do Cepac é inútil e irregular. Aliás, a Caixa Econômica Federal, que tem 150 anos, é um banco que respeito muito. A CEF e o Banco do Brasil têm de vir, a público, explicarem o que estão fazendo, nesses dez anos, nesses Cepacs. Exigimos que esses dois órgãos federais participarem e esclareçam essa situação.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Não há mais oradores inscritos.

Agradeço a presença dos todos. Mais uma vez, por parte desta Presidência - com certeza, falo em nome da grande maioria dos Vereadores - ressalto que temos o maior carinho com a audiência pública, porque é onde temos oportunidade de ouvirmos. Aprendermos muito mais com os senhores do que, propriamente, lendo. Em discussões, todos os tipos de embates e ideias opostas são muito saudáveis. Não podemos é partir para planos pessoais e certas manifestações, quando certas pessoas apontam dedo para outros. Isso é deselegante. Da minha parte, não vão ver isso nunca. Não é esse o meu perfil.

Quando me referi a essa região, pode causar uma certa impressão, porque estamos, na zona Oeste, e defendemos alguma coisa na zona Leste. Vivemos nela, fazendo atestados de óbitos para o Dante Pazzanese, na época, quando pessoas cardíacas morriam. Na ocasião, íamos com ambulâncias desse hospital até à Vila Santa Catarina, como também na Clínica do Oto(?) Bugliomete(?), São Remo, localizada na Avenida Santa Catarina, 1770, em frente ao Barateiro. Vivi naquela região. Quando um avião caiu lá, em 1998, estava lá. Houve um susto enorme, com muita fumaça. Comecei a trabalhar lá em 1976. Víamos muito cardíacos, porque não havia cardiologia naquela época, a minha especialidade.

Vimos nascer tudo aquilo, inclusive o Santa Marina. Conhecemos a primeira casa de repouso ali em frente. Nasceu o hospital. Esperávamos muito aquilo. A Nossa Senhora de Lourdes ainda estava insipiente. Vimos o primeiro túnel de baixo do hospital, para fazer a

ligação da pediatria. Acompanhamos muito aquele espaço. Temos informações da região. Ressalto aqui a nossa ideia, minha e dos Vereadores. Essa situação em que envolve a habitação de interesse social e o cronograma da utilização dos recursos têm de estar atrelado à utilização de, no mínimo, 10% para obras de habitação de interesse social dentro do mesmo cronograma. Por que não foi feito nada desde 1995, quando houve a primeira? Porque não há a imposição de cronograma e datas. Não há a imposição de que tem o que ser feito. Cada vez em que se muda o Governo e entra o próximo, ficamos sem obras e casinhas. Falo casinhas com o maior carinho. Estou me referindo a habitações. O direito de se habitar é saúde. Aliás, a própria Organização Mundial de Saúde já preconiza e define saúde como estado de bem-estar físico, social e psico-social. Para que a pessoa seja saudável, tem de ter direito ao teto. Não fosse assim, não teria feito o primeiro buraco, para que, numa caverna, tivesse um teto sobre si mesmo.

Temos uma visão muito interessante nesse assunto. Gostaríamos muito de ter oportunidade de trabalharmos com o Governo, para colocarmos travas na utilização de recursos que vêm de Cepac, para que construções sejam feitas dentro do mesmo cronograma. Se conseguirmos isso, haverá um grande avanço agora, com o projeto que os senhores estão travando conosco na Casa.

Vamos dar continuidade a esse trabalho. Agradeço a participação de todos, inclusive do Executivo e técnicos que nos acompanharam.

Estão encerrados os nossos trabalhos.

